

Projeto URBISAmazônia

Relatório final de bolsa

Relatório apresentado à Fundação de
Ciência, Aplicações e Tecnologias –
FUNCATE - relativo à concessão de
bolsa de pesquisa na categoria
Desenvolvimento Tecnológico e
Industrial B

Período: 01/01/2012 a 31/12/2012

Bolsista: Sibelle Cornélio Diniz

Assinatura do bolsista:



Assinatura do coordenador do projeto:



Dr. Antonio Miguel Vieira Monteiro

Dezembro de 2012

Sumário

Introdução	3
Seção I - Economia Popular e Solidária na Amazônia: revisão bibliográfica	5
Introdução.....	5
Economia urbana na Amazônia.....	5
Círculo inferior e economia dos setores populares na Amazônia.....	8
Extratativismo.....	10
Agricultura familiar.....	11
Desenvolvimento sustentável e potenciais de expansão	13
Seção II - A pequena produção popular e solidária no sul e sudeste paraense - impressões do campo realizado em julho de 2012	18
Introdução.....	18
Principais atividades e suas características	18
Iniciativas de apoio identificadas.....	23
Seção III - Caracterização da pequena produção popular e solidária na área selecionada a partir do Censo Demográfico 2010	28
Introdução.....	28
Tipologia de identificação da economia popular e solidária no Censo 2010.....	28
Caracterização geral dos trabalhadores.....	31
Caracterização do Grupo 1 – agricultura familiar e pesca	33
Caracterização do Grupo 2 – comércio em pequena escala	39
Caracterização do Grupo 3 – trabalhadores ambulantes.....	45
Síntese das informações	49
Considerações finais	53
Referências	54
Anexo – Lista completa das categorias da Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD 2010 – IBGE	58

Introdução

A pesquisa aqui relatada se propôs a compreender as relações produtivas envolvendo a economia popular e solidária na Amazônia e sua articulação ao processo de urbanização em curso nessa região. Tal investigação compõe o estudo da dinâmica das localidades e do urbano extensivo na Amazônia contemporânea, buscando caracterizar o circuito inferior da economia urbana e suas articulações com o circuito superior.

O estudo parte da revisão de trabalhos existentes que tiveram como objeto redes e dinâmicas de produção popular e solidária na região amazônica, sua articulação setorial e relação com os processos de urbanização nas últimas décadas (Seção 1). A seguir, são apresentadas as impressões obtidas em campo realizado em julho de 2012 no sul e sudeste paraense (Seção 2). A coleta de campo forneceu informações cruciais sobre as principais atividades vinculadas à economia dos setores populares na região, sobre a articulação institucional dos empreendimentos, iniciativas de apoio por parte das prefeituras e ONG's, além das dificuldades enfrentadas por essa produção. De posse de tais informações, foi possível passar a uma caracterização, a partir do Censo Demográfico 2010, de tais iniciativas na região de estudo do URBISAmazônia (Seção 3). São utilizados dados individuais e domiciliares para caracterizar a inserção socioeconômica dos trabalhadores, na escala municipal.

Tendo em vista as múltiplas realidades existentes no território amazônico, optou-se por focar o sul e sudeste paraense, região visitada em campo realizado por parte do Coletivo Urbis em julho de 2012. Abrange sete municípios - Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã, Xinguara e São Felix do Xingu - e corresponde, em parte, à região denominada "Urbis 1" no projeto UrbisAmazônia (INPE, 2011). A escolha do estado do Pará segue uma diretriz metodológica geral do projeto: entende-se tal estado como um recorte representativo do conjunto das dinâmicas socioespaciais envolvidas na urbanização extensiva na Amazônia:

Encontramos no Pará assentamentos, projetos de colonização, populações tradicionais, ribeirinhos, floresta, acampamentos de sem terra e conflitos, cidades médias e uma importante capital, a mineração das grandes companhias mineradoras e dos núcleos de garimpo, enfim um mosaico dos atores e de suas estratégias para sua integração às estruturas econômicas regionais, nacionais e internacionais. (INPE, 2011, p. 19).

Esta investigação busca colaborar para a discussão sobre o desenvolvimento atual e futuro da região Amazônica, podendo subsidiar ações de fortalecimento e expansão da economia dos setores populares, entendendo ser esta uma alternativa para a geração de

emprego e renda baseada em atividades de baixo impacto ambiental e intensivas em trabalho. Como descrito a seguir, embora essa alternativa seja ressaltada por boa parte dos trabalhos acadêmicos sobre a região amazônica, observam-se poucos desdobramentos em termos de políticas públicas e ações de outros agentes na região.

Seção I - Economia Popular e Solidária na Amazônia: revisão bibliográfica

Introdução

Embora a expansão do mercado trabalho formal seja uma tendência sustentada no Brasil nos últimos anos, a persistência de formas de ocupação ligadas ao circuito inferior da economia é uma realidade ampla e pouco compreendida. Isso é particularmente verdade para as diversas fronteiras da Amazônia brasileira, onde a economia informal, popular, solidária e familiar persiste, a despeito dos grandes investimentos destinados ao circuito superior.

As fronteiras de terras e recursos conferiram historicamente um significado peculiar às relações econômicas em geral e às de trabalho em particular na Amazônia (Costa, 2012). No cenário atual de crescimento econômico, nessa região impulsionado e moldado por atividades como a mineração, a exploração da madeira e a pecuária extensiva, cabe indagar uma vez mais o significado da trajetória histórica das fronteiras do norte do país e suas transformações contemporâneas.

Parte-se da discussão clássica dos circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos (1979), aproximando-a das relações entre urbanização e mercado de trabalho nas fronteiras da Amazônia contemporânea. Nessa via, assumimos a perspectiva da urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994), chave para uma abordagem compreensiva das dinâmicas da cidade e de seu entorno: seus efeitos desagregadores/integradores do urbano como espaço físico da emancipação material e suporte da vida política, todos estes aspectos particularmente cruciais no contexto amazônico.

Economia urbana na Amazônia

A ocupação da região amazônica se baseou na retirada de recursos para a exportação. Do ciclo do cacau ao da seringueira, seguidos do pau-rosa e castanha do pará, e hoje, madeira e açaí, entre outros, operou *“segundo o paradigma sociedade-natureza denominado ‘economia de fronteira’, em que o crescimento econômico é visto como progresso linear e infinito através da incorporação de terra e produtos naturais percebidos igualmente como inesgotáveis”* (Becker, 2005, p. 401).

A Amazônia brasileira, portanto, construiu-se voltada para fora, como espaço derivado (Santos, 2009), *“ocupada e povoada em surtos associados às grandes inovações da expansão da economia-mundo”* (Becker, 2009). Conectada a impulsos do novo que não partiram de dentro, mas de fora, como de resto tem sido a trajetória do crescimento com dependência da

sociedade brasileira, a região, talvez ainda mais que o restante do país, chama a atenção por sua heterogeneidade estrutural.

Essa heterogeneidade paradoxal pode ser encontrada em um mercado de trabalho cindido pelo que Milton Santos denominou os dois circuitos da economia urbana. Ela também se revela no caráter simultaneamente fragmentado e interligado (Lefebvre, 2008) do espaço amazônico com um todo, para além das cidades e dos fluxos econômicos apenas. É assim a urbanização presente em todos os espaços, mas que ao mesmo tempo compõe cadeias produtivas e fluxos fragmentados.

Milton Santos (1979), em sua análise do 'espaço dividido' nos países subdesenvolvidos, aponta para a existência, nas cidades desses países, de dois circuitos econômicos. A configuração dos circuitos tem origem nos processos de industrialização e de modernização vivenciados nesses países, guiados por firmas multinacionais intensivas em tecnologia e geradoras de um número limitado de empregos. Como resultado de tais processos, formam-se dois circuitos ou sistemas. O superior, altamente beneficiado pelo processo de modernização; o outro, inferior, que parcialmente ou absolutamente não se beneficia do progresso técnico, do avanço organizacional e das vantagens a eles relacionadas.

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Essas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços (SANTOS, 2008, p. 95).

No circuito superior, os negócios bancários, comércio e indústria para exportação, a indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, comércio atacadista e transporte. Atividades capital-intensivas, mas quase unicamente imitativas ou avessas à inovação. Produção em grande escala, articulada para fora da cidade e da região, tendo como objetivo principal a acumulação de capital.

No circuito inferior, atividades intensivas em trabalho, produção em pequena escala, e, em certo paradoxo, grande potencial criativo. Forte articulação à vida local, à cidade e região, possuindo como objetivo primordial "*sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida*" (Santos, 2008, p. 102). Compõe-se basicamente de serviços não modernos, abastecidos pelo comércio em pequena escala.

Longe de serem realidades estanques, os dois sistemas de fluxos da economia urbana estão em relação permanente, ainda que truncada e seletiva. São relações determinadas por condições históricas gerais, especialmente ligadas à forma de penetração das atividades modernas no território, e pela ação do Estado, que atua como intermediário entre os agentes inovadores, portadores dos impulsos que modificam/perpetuam sua distinção em sistemas, e as realidades locais e regionais diversas.

Importa discutir o quanto o ambiente Amazônia insere algo novo nesse quadro e o quanto ele se modifica no contexto brasileiro contemporâneo, com o crescimento econômico dos anos 2000. Os últimos quarenta anos foram de intensa transformação. A urbanização se revela no acelerado crescimento do número de centros urbanos e da população ali assentada, com modificações do bioma expressas mais fortemente no ritmo do desmatamento. Difunde-se a infraestrutura de transportes e comunicação, intensificando uma rede de condições urbanas, técnicas e produtivas que alcança a região de forma abrangente. De forma mais sutil, ocorre a difusão de formas de consumo e a capilarização de instituições antes restritas à cidade, das relações de trabalho e previdência, da organização da sociedade civil, do exercício da cidadania que se instala nos espaços de vida e produção dispersos na floresta e na cidade (Becker, 2004). São as condições de urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994), a dispersão e significação daquilo que uma vez nasceu como traço físico ou prática social na cidade, mas que alcança virtualmente todo o espaço social na sociedade urbana.

O recente crescimento da economia brasileira, que se estende à Amazônia, introduz mudanças no cenário regional. Algumas regiões têm experimentado expansão econômica e demográfica elevada, particularmente onde se instalou recentemente a indústria extrativa mineral, como o caso do sudeste do Pará. Áreas urbanas se expandiram de modo célere no último decênio, abrigando população que se desloca em busca de oportunidades criadas direta e indiretamente atividade mineradora, sua cadeia e pela base urbana que lhe é indispensável.

Ao mesmo tempo, mesmo em face da expansão de condições de emprego formal, permanecem elevados os percentuais de informalidade. Conserva-se alta a parcela da população que recorre a estratégias de reprodução que não passam pelas relações de trabalho formais. É possível dizer, no entanto, que o significado da “informalidade” não se esgota na negatividade implícita na abordagem usual da questão, mais ainda no contexto da Amazônia contemporânea. Ali, formas alternativas de organização do trabalho e da produção possuem tanto uma longa tradição e enraizamento na prática social, quanto um substrato real dado pelas condições naturais abundantes. Essa abundância possui (ou pode ser transformada em)

extenso conjunto de valores de uso de absoluta originalidade, capazes de assumir valor de troca realizável no mercado. Esse processo ademais se abre à atuação de pequenos agentes (em termos de posse de recursos) e às formas cooperativas e solidárias de produção.

Circuito inferior e economia dos setores populares na Amazônia

Entendemos como Economia dos Setores Populares

formas de reprodução da vida não capitalistas assentadas no trabalho que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (Kraychete, 2000, p. 15).

Esse conceito envolve, portanto, as iniciativas de economia popular e de economia solidária, formas de organização da produção (e da reprodução) que tem como objetivo principal não o lucro, mas sim a própria sobrevivência e a “reprodução ampliada da vida” (Coraggio, 2008). As relações dominantes nas economias populares se distinguem das relações de produção capitalistas, ainda que aceitem, no caso da economia popular, participação secundária de relações assalariadas.

Como descrito por Polanyi (2000 [1944]), formas alternativas de produção sempre existiram na história, marcadas por princípios de domesticidade e reciprocidade que coexistiam com o princípio do mercado. Com o advento do capitalismo, o mercado passa a dominar os demais princípios, mas sem extingui-los completamente. O agravamento das condições do emprego no fim do século XX faz emergir esse conjunto de alternativas, através dos movimentos sociais, das organizações de trabalhadores e dos governos populares (França-Filho e Laville, 2004). Tais ‘alternativas econômicas em nível local’ ganham realce no mundo subdesenvolvido, em resposta ao quadro de desemprego crônico e de más condições de trabalho que acompanha o avanço do sistema capitalista industrial, evidenciando a incapacidade do sistema de incorporar todas as atividades econômicas ou todos os trabalhadores.

A Economia Popular é definida por Coraggio (1994, 2000) como um subsistema que se relaciona com os outros dois subsistemas da economia: a economia capitalista internacional e a economia do setor público. As células da economia popular são as unidades domésticas que dependem principalmente do exercício de seu trabalho para se reproduzirem biológica e culturalmente. A unidade doméstica, enquanto organização econômica característica da economia popular (fundada sobre relações de parentesco, étnicas ou de afinidades várias, sejam políticas, comunitárias, profissionais, entre outras), organiza os recursos e as

capacidades de seus membros para gerir a satisfação de suas necessidades, não diferenciando claramente seus meios de trabalho de seus meios de vida, e de maneira que seu objetivo último seja a reprodução ampliada da vida (Coraggio, 2008). A Economia Popular é de difícil mensuração, por agregar iniciativas individuais e familiares, formais e informais, de pequeno e de grande alcance, menos e mais articuladas entre si e com o território.

A Economia Solidária, entendida muitas vezes como um subconjunto da Economia Popular, é constituída por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. As unidades básicas são as cooperativas e associações, onde não ocorre distinção entre capital e trabalho. Esses empreendimentos se diferenciam tanto na organização interna quanto no modo de articulação com a comunidade em que atuam (Singer, 1997, 2002). A autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo (Verardo, 2003).

As economias populares abarcam um conjunto grande e heterogêneo de atividades, dificultando sua mensuração e seu conhecimento. Em muitos casos, a economia popular e a economia solidária se confundem, de modo que um retrato da economia solidária quase sempre expressa os mesmos avanços e dificuldades enfrentadas pela economia popular.

Na realidade amazônica, o processo de urbanização cria redes imbricadas: junto às redes de maior alcance, oriundas dos avanços do circuito superior da economia (“guiado” pela mineração, logística e pecuária extensiva), são encontradas redes menores, abrangendo a pequena produção, de caráter popular, solidário e/ou informal. A forte migração das áreas mais pobres, atraídas pelas perspectivas de investimentos no circuito superior, e a carência de serviços básicos são catalisadoras do processo de expansão desse ‘circuito inferior’.

As novas redes sociais, familiares e/ou comunitárias, as redes de serviços em saúde e educação, as redes de troca, os mercados de produtos locais, as manufaturas, entre outras estruturam as redes de localidades, de vilas, de assentamentos, de acampamentos. São estas redes que através de seus diferentes núcleos populacionais definem a circulação dos fluxos de mercadorias, de bens e de serviços e estabelecem a escala intraurbana Amazônica (...) do circuito inferior da economia urbana regional. (INPE, 2011, p. 8)

Dentre as atividades que compõe o circuito inferior e que se associam ao que chamamos de “economia dos setores populares” na Amazônia estão as diversas formas de extrativismo e a agricultura familiar, que abrigam boa parte das populações tradicionais e também das famílias migrantes. Essas atividades, por seu caráter intensivo em trabalho em e

sua relativamente baixa intervenção no bioma, são de grande importância econômica e ambiental na região. No entanto, encontram-se às margens das políticas públicas e das ações de outros agentes.

Extrativismo

O extrativismo florestal não madeireiro acompanhou a ocupação humana na Amazônia, tendo caracterizado os ciclos econômicos na região até a década de 1960, quando então um modelo baseado na transformação da floresta em áreas para a pecuária e a agricultura passa a predominar (CGEE, 2011). A consciência nacional e internacional contra o desmatamento e os conflitos fundiários na Amazônia levou o governo, no fim do século XX, a criar as Reservas Extrativistas - Resex, “*espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista*” (art. 1º do Decreto nº 98.897/1990)¹. A criação das Resex significou a resistência das populações tradicionais frente à expansão da economia da mineração e da pecuária extensiva (Andrade et al, 2008; Candido, 2010). Esse mesmo papel é assumido pelas Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS².

A maior parte das reservas que abrigam as populações tradicionais da Amazônia localiza-se em regiões de expansão da fronteira agropecuária ou urbano-industrial, possuindo, portanto, papel importante na contenção do desmatamento e na proteção dos recursos naturais (Allegretti, 2011). Entre as atividades extrativistas estão a pesca, a caça de animais terrestres e a extração de produtos madeireiros e não madeireiros³. Segundo Homma (2006), a estimativa é que existam 200 mil extrativistas na Amazônia.

São indígenas, extrativistas, seringueiros, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros ou quebradeiras de coco-babaçu, que têm, em comum, o fato de dependerem de fontes naturais de recursos (lagos, florestas, rios, mares,

¹ Existem hoje na Amazônia 87 Resex e Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, abrigando aproximadamente 600 mil pessoas (incluindo as reservas indígenas), em uma área de cerca de 24 milhões de hectares. Tal área representa 4,6% da Amazônia Legal, 18% das Unidades de Conservação da Amazônia e 8% das florestas da região (CGEE, 2011).

² O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - define Resex como uma “área utilizada por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”; e RDS como uma “área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”. A principal diferença entre as duas categorias estaria na regularização fundiária: a criação de uma Resex requer a desapropriação de proprietários com títulos válidos e legais, o que não ocorre com a RDS (Allegretti, 2011).

³ Entre os produtos da biodiversidade mais importantes na Amazônia atualmente, Homma (2006) cita a madeira, o açaí, o cupuaçu, pupunha, guaraná, peixes ornamentais e congelados e o camarão.

manguezais, cerrados) para obtenção da própria subsistência (Allegretti, 2011, p. 27).

As tecnologias são, em geral, as tradicionais, ou seja, produzidas ou adaptadas localmente e passadas de geração em geração (Andrade et al, 2008; Simonian, 2004). A própria dificuldade de acessar tecnologias ‘modernas’ garante a permanência de saberes locais sobre o território, elementos simbólicos da cultura, do cotidiano e das relações políticas e de parentesco (Candido, 2010).

Candido (2010) discute a riqueza da produção extrativista da população ribeirinha: a pesca⁴, a caça e o cultivo agrícola se dão em torno da família, utilizando equipamentos, sementes e conhecimento específicos da floresta. Witoski (2007) resume as principais características da produção dessas famílias:

(...) os meios de produção fundamentais são a terra, a floresta e a água; a mão-de-obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é, praticamente, familiar; há uma divisão sexual e social do trabalho na família – seja ela extensa e/ou nuclear; a tecnologia usada é simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais, o que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais – que passam de geração a geração por via oral; importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si e para outros homens, mercadorias; os camponeses amazônicos participam de um mercado em rede; possuem clara noção do território, onde o grupo produz e reproduz econômica, social e politicamente; por fim, poder político interno organizado de modo precário – em geral, o poder reside nas mãos de agentes de comercialização (Witoski, 2007, p. 163)

O acesso à assistência técnica e ao crédito são entraves ao extrativismo na Amazônia (Menezes, 2011), As longas distâncias dos mercados consumidores e a má qualidade da infraestrutura de transportes causam o isolamento das populações extrativistas, o que, por um lado, impede a entrada de atividades não baseadas na floresta, mas, por outro, impede o desenvolvimento do extrativismo. Do mesmo modo, a gestão das Resex e RDS e a articulação dessa gestão a atividades implementadas por outras instituições constituem ainda hoje um desafio – os órgãos gestores carecem de infraestrutura básica e de pessoal capacitado para este fim (Alencar e Moutinho, 2011; Menezes, 2011).

Agricultura familiar

Em termos da economia rural, é comum classificar as propriedades de acordo com seu tamanho (pequenos e grandes produtores) e segundo a mão de obra empregada (propriedade

⁴ A pesca empregava mais de 30.000 pessoas na região no fim dos anos 1990, tendo se expandido consideravelmente nos anos recentes, em função de inovações tecnológicas que aumentaram a capacidade de captura e armazenamento de pescado, e também devido ao crescimento dos mercados urbanos e de exportação (Almeida et al, 2009).

familiar, tendo a família como centro do sistema de manejo e mão-de-obra predominantemente familiar, e propriedade patronal, tendo o lucro como centro do sistema de manejo e mão-de-obra predominantemente assalariada) (Costa, 2009; Mattos et al, 2001).

A agricultura familiar é claramente parte integrante da economia popular: “*a unidade de produção familiar é, indistintamente, unidade de produção e consumo, isto é, as necessidades de consumo e segurança alimentar dos seus membros são a referência primordial das decisões*” (Mattos et al, 2001, p. 2). Abrange um conjunto de pequenas propriedades que não tem como objetivo principal o lucro, e cuja atividade produtiva é centrada nas relações familiares.

A lógica familiar e a lógica empresarial são conflitantes em parte do território amazônico, em decorrência do processo de ocupação:

(...) o camponês tem a terra como sua à medida que faz produzir, ou seja, seu trabalho é que garante o direito de posse, já no caso dos capitalistas não existe a necessidade de produção para que lhe seja garantido o direito de posse, uma vez que, tem a terra como mercadoria que imobiliza capital, sendo assim, mais uma forma especulativa do que produtiva do capital” (Herrera e Oliveira, 2010, p. 7).

Apesar dos conflitos, a agricultura familiar persistiu, tornando-se uma categoria relevante no campo amazônico; nos anos recentes, sofreu forte evolução, acompanhando, sobretudo na região de fronteira, o ritmo da grande produção agropecuária (Figueiras e Herrera, 2012).

Homma (2006) ressalta a peculiaridade da agricultura familiar na Amazônia, que ocupa cerca de 600 mil pessoas, segundo estimativa do autor. A riqueza da vegetação, a pobreza da maior parte dos solos, dos recursos hídricos e minerais, e o ambiente socioeconômico e cultural colocam desafios a médio e longo prazo para a atividade: “*mudar o processo de derruba e queima com a contínua incorporação de novas áreas de floresta, ampliar a capacidade de geração de excedente e desenvolver atividades mais sustentáveis*” (Homma, 2006, p. 1). O autor aponta ainda a existência de “ilhas de eficiência” no território amazônico, onde parte dos agricultores familiares desenvolve sistemas agroflorestais, organizam-se em cooperativas, implantam agroindústrias, adotam novas tecnologias e meios de comercialização.

A Amazônia importa boa parte dos produtos agrícolas que consome, como milho, feijão, café, suínos, leite, ovos, açúcar, álcool combustível, laranja, batata inglesa, tomate, cebola, alho e óleo alimentício. Mas é também grande exportadora de alimentos e matéria-prima para outras regiões do Brasil e para o exterior, como acontece com a soja, bovinos, pimenta-do-reino, urucum, cacau, dendê, castanha-do-pará, açaí, cupuaçu, banana, abacaxi, mandioca, arroz, caupi, algodão, guaraná, maracujá e palmito (Homma, 2006).

Na Amazônia, como em outros espaços brasileiros, as iniciativas da economia popular e solidária se sustentam à beira da precariedade, enfrentando dificuldades diversas: carência de acesso ao crédito e à assistência técnica, gargalos ligados à comercialização, ausência ou má qualidade da infraestrutura de transporte, além de questões relacionadas ao baixo nível de escolaridade. No caso da produção extrativista e da agricultura familiar, tais gargalos colocam os produtores em situação de dependência em relação aos intermediários ou atravessadores, agentes bem posicionados nas redes de comercialização que, por isso, desenvolvem relações de exploração com os produtores. Além disso, o isolamento das comunidades em relação aos centros consumidores gera barreiras de comunicação e de acesso a informações, que dificultam o processo de comercialização, fazendo com que a produção, em boa parte das áreas, praticamente se restrinja ao autoconsumo (Candido, 2010).

No que se refere à economia solidária, as dificuldades se revelam também por essas formas produtivas abrigarem-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista, o que abre espaço para a articulação de redes de produção e cadeiras produtivas solidárias. Do mesmo modo, mecanismos de finanças solidárias e de criação de tecnologias sociais são pensados.

Desenvolvimento sustentável e potenciais de expansão

Como sugere Costa (2012b), a existência de alternativas de sobrevivência do trabalhador na Amazônia teve como fundamento, desde os primeiros momentos, a existência de recursos naturais e de um saber prático detido pelo homem da região. Esse cenário oferece mais do que opções de trabalho e renda, na medida em que tem como base um bioma rico e ainda pouco conhecido por meios formais, amplamente sujeito e favorável a introdução de novas formas de valor, de “trabalho novo” (Jacobs, 1969), o que, como argumentado por diversos autores, é aspecto fundamental para o avanço econômico (Furtado, 2009; Becker, 2009). Retornando à proposição de Milton Santos sobre as características dos dois circuitos da economia urbana, é importante lembrar que o autor destaca o circuito inferior por seu caráter criativo intrínseco, embora impulsionado não raro pela carência; ainda assim, para além do negativo implícito, o reino do informal é também o do experimental, do novo, do que se abre para a experiência cotidiana e por isso para um panorama de desenvolvimento alternativo.

O processo de ocupação da Amazônia foi acompanhado de políticas públicas negligentes em relação às populações tradicionais e à produção em pequena escala, informal e

popular. Ao contrário, o aparato institucional mostrou-se favorável à exploração minerária e madeireira e aos grandes pecuaristas.

Nos últimos 30 anos, o processo intenso de ocupação humana na fronteira amazônica tornou-se possível graças às políticas públicas que consideraram a floresta como um obstáculo ao desenvolvimento, negligenciando seu potencial valor de uso múltiplo provindo do conhecimento empírico das populações nativas de caboclos e indígenas. Neste período foram construídas grandes rodovias nacionais, criados vários projetos de colonização de produtores familiares, o setor agropecuário patronal baseado em grandes propriedades de produção extensiva se expandiu, a exploração madeireira tornou-se uma atividade de grande importância econômica local e investimentos públicos significativos foram depositados em grandes projetos hidrelétricos e de mineração (Mattos et al, 2001, p. 6).

Os obstáculos apontados para a expansão e fortalecimento da economia extrativista e agrícola familiar são ligados a três questões: i) a base científica e tecnológica aplicada à produção; ii) o alcance de eficiência e escala na produção; iii) um desenho institucional que articule de forma eficiente os produtores, a iniciativa privada e o Estado (CGEE, 2011; Candido, 2010; Costa, 2005, 2006).

Costa (2005, 2006, 2009) aponta os obstáculos institucionais para que um ideário do desenvolvimento sustentável - um desenvolvimento moderno por se fazer aliando eficiência econômica com equidade social e trato cuidadoso da base natural – venha a orientar as políticas públicas para a região.

Em resumo: há, como ethos, um ambiente institucional conservador na perspectiva de um desenvolvimento com maior esperança de sustentabilidade. A institucionalidade é tradicional, porque assentada sobre uma razão técnica incapaz, por viés de visão de mundo, ou por insuficiência da forma de conhecer e de lidar conceitual e operacionalmente com o ‘valor’ da diversidade (cultural e ambiental) para um desenvolvimento duradouro na região, desaparelhada para tratar com os agentes capazes de gerir diversidade, desaparelhada também para lidar com as manifestações e resultados locais dessas habilidades. Ademais, o tradicionalismo tecnocrático tem estatuto político: alimenta-se e é recompensado, arregimentando poder, ao corroborar com o status quo, ao atuar validando visões de mundo e ações que confirmam as formas temerárias e iníquas de desenvolvimento. (Costa, 2006, p.82).

Becker (2009) e Costa (2006) apontam a necessidade de inovações institucionais que permitam conciliar os resultados econômicos aos resultados sociais e ambientais, ou seja, a conquista de uma eficiência econômica com equidade intra e intergerações e que tenha as especificidades naturais e culturais da região como aliadas. Apontam a necessidade de criação e incorporação de conhecimento aos processos institucionais, além de melhorias nos canais de participação e maior integração entre os diversos agentes envolvidas.

Andrade et al (2008) e Simonian (2004) apontam setores com grande potencial econômico, relacionados às atividades tradicionais na Amazônia: ecoturismo, biotecnologia e

indústria de processamento de produtos da floresta nativa, como matérias primas de natureza alimentícia, têxtil, medicinal ou outras.

Candido (2010) aponta o “novo extrativismo” como estratégia de desenvolvimento reivindicada pelos movimentos sociais de populações tradicionais da floresta, a fim de compatibilizar melhoria da qualidade de vida e conservação ambiental. Esse extrativismo apresenta duas características que o diferenciam daquele praticado durante os ciclos da borracha: primeiramente, se baseia em formas democráticas de organização do trabalho, o que sugere um diálogo com a economia solidária, fortalecendo a pequena produção familiar e o manejo comunitário; em segundo lugar, liga-se à incorporação de novas tecnologias, associando-se então à discussão sobre tecnologia social (Rêgo, 1999). O autor defende a associação da produção extrativista (‘neoextrativismo’) ao movimento da economia solidária, o que permitiria melhoras de comercialização por meio de ganhos de escala e de escopo, reduzindo os custos de transporte e favorecendo o acesso a tecnologias, serviços financeiros e políticas públicas (Candido, 2010). Ressalta ainda a importância de se buscar uma melhor comercialização e maior acesso aos mercados prevenindo efeitos indesejados, como a sobredependência do mercado, superexploração dos recursos e problemas de saúde e ambientais gerados pelo aumento da quantidade de resíduos gerados na comunidade.

Homma (2006) aponta como ações necessárias para o desenvolvimento da agricultura familiar na Amazônia a elevação da produtividade da terra e da mão de obra, utilizando as áreas já desmatadas, a domesticação dos recursos extrativos da biodiversidade amazônica e o desenvolvimento de técnicas de manejo dos recursos naturais e de produção orgânica/agroecológica. É preciso dar visibilidade à “produção invisível” – aquela que não aparece nas estatísticas oficiais, mas permanece fundamental para a subsistência das famílias de agricultores. Entre as atividades potenciais nas quais a agricultura familiar poderia constituir um espaço cativo estão aquelas mais intensivas em mão de obra: atividades de pequena escala como hortas periurbanas, atividades integradas com complexos agroindustriais (dendê, leite, sucos e polpas de frutas), piscicultura, floricultura, agricultura orgânica e aproveitamento de subprodutos (cascas, sementes, serragem e dejetos de beneficiamento). Homma (2006) cita ainda a produção de alimentos para abastecimento dos núcleos urbanos regionais e para exportação, sobretudo de produtos básicos, como mandioca, arroz, milho e soja. Entre as culturas que poderiam ocupar áreas degradadas e contribuir para a produção de cosméticos e fármacos estão o pau-rosa, látex, bacuri, madeiras nobres, como o mogno, e especiarias como canela, cravo e baunilha.

Homma (2005) aponta as regiões desmatadas e áreas de assentamento, indígenas e quilombolas como prioritárias para o desenvolvimento da agricultura familiar, onde o ganho tecnológico deve ocorrer sem que a conexão com o mercado destrua o conhecimento tradicional e a biodiversidade.

A democratização do conhecimento tecnológico é também crucial – informações de cunho agrícola e ambiental e sobre mercados, nutrição e legislação precisam chegar aos produtores de modo mais ágil (Homma, 2006). Nesse sentido, a conexão entre Emater, Embrapa, Universidades, ONG's e empresas privadas na busca e divulgação de informações deve ser priorizada, valorizando, sobretudo, a extensão rural:

Há a necessidade de compatibilizar o avanço da agricultura empresarial com uma política de manutenção dos agricultores familiares, pelo alto custo social envolvido neste processo. Outro aspecto seria a formação de cooperativas de agricultores familiares para permitir a competição com a agricultura em larga escala. (Homma, 2006, p. 18)

Becker (2009) aponta os serviços avançados como o futuro da economia amazônica, enfatizando o papel central das cidades num novo modo de produzir, baseado na criatividade e na inovação, tanto técnico-tecnológica quanto institucional. O desafio do desenvolvimento na Amazônia, para ela, passa pela superação da urbanização precária e pela integração regional, bem como à economia globalizada. A fraqueza da rede urbana define a persistência da posição de subdesenvolvimento, em função da incorporação econômica baseada na exportação de commodities. Sendo assim, o 'trabalho novo' necessário não virá da substituição de importações, mas sim de inovações centradas na riqueza da biodiversidade e nos serviços ambientais, potencializada por uma rede urbana forte e integrada. Entre a produção florestal não-madeireira, a autora cita os fitomedicamentos, nutracêuticos, dermocosméticos, fármacos e óleos essenciais como áreas promissoras. Ressalta a necessidade de articulação entre instituições, públicas e privadas, já instaladas no território amazônico, e as comunidades locais, que hoje se integram precariamente ao processo, com condições de trabalhos rudimentares, carência de infraestrutura, competindo com atravessadores e com baixo conhecimento sobre o manejo organizado.

Como passos para uma 'economia do conhecimento' ou do 'novo' na Amazônia, Becker (2009) aponta a necessidade de inventários e cadastros das espécies amazônicas, calendários de produção, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais, fortalecendo a autogestão e a organização produtiva autônoma. Ressalta ainda a necessidade de investir em equipamentos de alta tecnologia nas cidades, como infovias e infra-estrutura de transportes e urbana.

Por fim, deve-se ressaltar a importância da organização das comunidades locais e da formação de lideranças e instituições locais fortalecidas. Importa, assim, a capacitação de lideranças para o gerenciamento de associações e cooperativas, bem como a integração das diversas comunidades em torno de seus objetivos comuns. Tais ações devem ser precedidas de diagnósticos das situações locais, contendo inventários das atividades econômicas, instituições e organização local.

Nesse contexto, pensar a urbanização e a conseqüente modernização dos processos produtivos e reprodutivos nas Reservas Extrativistas implica, não “desenvolver” as várias localidades, unidades, ou mesmo a região, mas, sim, identificar formas de “reenvolver” a população e seu espaço de vida com suas práticas tradicionais, mas agora fortalecidas com novos conhecimentos e tecnologias localmente apropriáveis (com vistas à futura geração e autogestão de conhecimento), que permitam às comunidades avançar a partir das próprias bases locais em direção à maior valorização dos seus produtos e do seu trabalho, bem como de seu próprio ‘empoderamento’, de modo a permitir que se inseriram mais dignamente nos processos decisórios e nos circuitos mercantis e de trocas regionais e globais (Monte-Mór, 2011)

Seção II - A pequena produção popular e solidária no sul e sudeste paraense - impressões do campo realizado em julho de 2012

Introdução

Esta seção apresenta as principais impressões sobre a economia popular e solidária na região do sul e sudeste do Pará, visitada por parte do Coletivo Urbis em julho de 2012. A região selecionada abrange sete municípios - Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã, Xinguara e São Felix do Xingu - e corresponde, em parte, ao que foi denominado no projeto de “Urbis 1”.

Marabá e São Félix do Xingu, cidades ribeirinhas tradicionais, foram os pontos extremos da rota de campo. Estes dois municípios, junto aos demais, vivenciaram, nas últimas décadas, a passagem da economia do extrativismo para a da mineração e da pecuária (INPE, 2012). As obras de integração rodoviária e os incentivos à instalação do setor privado na região contribuíram para esse processo, juntamente às políticas de ocupação da região amazônica, na última metade do século XX. O território constitui-se, então, de uma miríade de atores, públicos e privados, em torno das mais diversas atividades produtivas: no circuito superior, a mineração e os serviços avançados que a acompanham, juntamente à pecuária em pequena e grande escala; no circuito inferior, a pequena produção agropecuária, o garimpo, e o comércio e os serviços em pequena escala, em boa parte domiciliares.

Este conjunto de municípios tem elevado seu peso na economia do Pará: em 1996, a participação no PIB estadual era de 8,6%; em 2009, alcança algo próximo a 20%. Tal escalada associa-se ao forte crescimento do circuito superior na região, sobretudo na mineração, embora tal crescimento seja instável e associado aos ciclos econômicos internacionais (Silva et al, 2013). Mas, a despeito dos grandes investimentos destinados ao circuito superior, observa-se a persistência de formas de ocupação ligadas ao circuito inferior. Como será descrito adiante, a economia informal, popular, solidária e familiar persiste. Mais que isso, é reforçada por tais investimentos, na medida em que boa parte dos migrantes atraídos pelos investimentos no circuito superior, não são absorvidos por este, integrando então parte da economia dos setores populares.

Principais atividades e suas características

Seguindo Milton Santos (1979), o circuito inferior das economias urbanas caracteriza-se pela produção em pequena escala, intensiva em trabalho, integrada localmente e de baixa

dependência externa, mas com pouco acesso ao crédito formal e às políticas públicas. Na região visitada, esta produção configura-se principalmente em torno das seguintes atividades:

- produção familiar em torno da agricultura (sobretudo arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças, cacau), pecuária (sobretudo leiteira), pesca e piscicultura;
- comércio em pequena escala, sobretudo do setor de confecções e pequenos negócios nos bairros distantes do centro: pequenas “vendingas”, salões de beleza, bares e restaurantes;
- ambulantes do setor de alimentação, confecções, produtos eletrônicos, CDs e DVDs falsificados, importados diversos.

A agricultura familiar, na maior parte dos casos, caracteriza-se pela produção para o próprio consumo com venda do excedente (quando há). Os principais pontos de comercialização, tanto da agricultura quanto da pecuária e da pesca familiar, são as feiras municipais. Os produtos ofertados vão das carnes (boi, frango vivo, camarão e peixes) às diversas variedades de farinha de mandioca e grãos, passando também pelas verduras e frutas. As Prefeituras apóiam a organização do espaço e das bancas, juntamente às Associações de Feirantes, que mantêm os cadastros de expositores. Em alguns casos, como o de Parauapebas e São Félix do Xingu, a Prefeitura fornece o transporte das mercadorias e dos feirantes. As maiores feiras ocorrem em Marabá (Feira das Laranjeiras e Feira da Folha 28), e em Parauapebas (Feira do Produtor e Feira do Bairro Rio Verde).

A produção de alimentos e a criação de animais, no entanto, é incapaz de abastecer o mercado local, sobretudo devido à velocidade de transformação da região. A falta de apoio técnico e de infraestrutura para o transporte da produção, além da ausência de uma ‘cultura agrícola’ na região, historicamente voltada à pecuária de corte e à mineração, são também apontadas como causas. Essa é a posição, por exemplo, dos técnicos da Fecat (Federação das Cooperativas de Agricultura Familiar do Sul do Pará), Jorge e Raimundo. A Fecat, entidade de ‘apoio logístico, operacional, técnico e político’ à agricultura familiar, possui uma de suas bases em Marabá e atua prioritariamente em projetos de assentamento, oferecendo orientação com relação à fruticultura e à diversificação produtiva. A Federação é mantida por projetos captados e por parte do lucro de duas agroindústrias de beneficiamento de polpa de frutas.

Figura 1 - Produtos expostos na Feira das Laranjeiras e Feira da Folha 28, em Marabá



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em Tucumã, Ourilândia e São Félix do Xingu, a produção de cacau é significativa. A Coopertuc – Cooperativa Agrícola Mista de Tucumã, fundada pela Andrade Gutierrez em 1982, possui papel importante na articulação entre o pequeno produtor local e as grandes empresas compradoras do cacau (Cargill, Nestlé, Barry Callebaut e outras). A Cooperativa compra o cacau dos 623 sócios, e também de não sócios, e o transporta em carretas próprias até Ilhéus, na Bahia, onde negocia diretamente com as empresas transnacionais.

Este papel é desempenhado também pela Cappru – Cooperativa Alternativa de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos, em São Félix do Xingu, criada em 1992 a partir de 4 associações de produtores locais. Atualmente, possui 170 sócios, e realiza, além da intermediação do cacau, ações de acompanhamento e capacitação dos produtores, por meio de recursos captados juntos aos governos estadual e federal. Outras iniciativas da Cappru são um projeto piloto para certificação do cacau orgânico, a manutenção de um banco de sementes nativas e o apoio ao artesanato (licor de cacau e embalagens a partir das folhas secas do

cacau). Dentre as idéias ainda não efetivadas estão a construção de uma fábrica de polpas no município, um projeto educativo junto aos filhos dos produtores para que estes se mantenham na atividade, um trabalho com os indígenas do município e a construção de centros de alevinagem para o apoio à piscicultura.

Figura 2 - Sede e integrantes da CAPPRU, em São Félix do Xingu



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O setor de comércio e serviços em pequena escala é significativo em toda a região, e parece “espelhar” os investimentos de grande monta destinados ao circuito superior. Segundo o presidente do Sindicato dos Comerciantes de Marabá, João Luiz, as expectativas de investimento na mineração alavancam o setor de serviços (principalmente mecânicos e elétricos, mas também os serviços pessoais e o comércio). Do mesmo modo, expectativas de paralisação de investimentos, como era o caso do projeto Alpa no momento da entrevista, geram demissões e enfraquecimento do setor.

O comércio de bairro é acessado, na maior parte dos casos, em situações emergenciais. Nestes casos, a compra é feita em unidades fracionadas, o que não é possível nos grandes supermercados. Praticamente tudo que é vendido não é produzido localmente, à exceção de poucos produtos da agricultura familiar. Quanto aos serviços pessoais, boa parte dos entrevistados afirmou que estes são de baixa qualidade, e que falta qualificação e apoio para seu aprimoramento.

Em Marabá e São Félix do Xingu, o turismo ligado aos rios (praias) gera renda para ambulantes do setor de alimentação e barcotáxis. O turismo de pesca também é considerável, especialmente em São Félix, como apontado por funcionárias da Colônia dos Pescadores Z65 de São Félix do Xingu. A Colônia agrega cerca de 400 famílias que vivem principalmente da pesca. No entanto, a renda da atividade não é suficiente, dados os altos custos enfrentados (material, transporte, etc.), dificuldades no acesso ao crédito, entre outros. Por essas dificuldades, a Colônia possui demandas definidas, embora não atendidas, como o apoio técnico por meio de estudos (sobre o período adequado da piracema para as espécies locais, berçário de espécies, tanques-rede, entre outros), o apoio à pesagem dos peixes no momento da chegada dos pescadores e o apoio ao turismo de pesca de base comunitária (integração entre o turista e o pescador local).

Figura 3 - Barcotáxis, ambulante e Colônia de Pescadores de São Félix do Xingu





Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O artesanato é bastante incipiente e pulverizado nos municípios pesquisados. Destaca-se a Cooperativa de Bioarte de Tucumã, criada a partir de curso de capacitação em artesanato oferecido pela Estação do Conhecimento Vale desse município. A Cooperativa produz brincos e colares (biojóias) a partir de sementes nativas e conta hoje com 34 mulheres. A Estação do Conhecimento realizou a capacitação das primeiras cooperadas, a compra do maquinário e das primeiras matérias primas, além de ceder o espaço para trabalho e exposição dos produtos. Entretanto, a produção atual da Cooperativa é quase toda por encomenda da própria Vale, para distribuição a parceiros, funcionários e fornecedores, e não há um ponto de comercialização no centro do município.

Figura 4 - Produtos e sementes (matéria prima) da Cooperativa Bioarte de Tucumã



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Iniciativas de apoio identificadas

Do ponto de vista do apoio, o CredCidadão, programa de microcrédito do governo do estado do Pará, possui escritórios nas prefeituras de Marabá e Xinguara. O programa oferece crédito de R\$100,00 a R\$10.000,00, a juros de 0,5 a 1% ao mês. A utilização do aval solidário contribui para um baixo nível de inadimplência, como relata o técnico do Estado cedido à prefeitura de Marabá para a implementação do programa, Fernando Henrique. Neste município, o programa atende sobretudo os revendedores do setor de confecção, embora também tenha atendido aos produtores da agricultura e mototaxistas. Entretanto, apresenta ainda baixo alcance, dada a dificuldade de atendimento dos requisitos por parte dos solicitantes (documentação das terras, nome no SPC ou SERASA, etc.).

Todas as Prefeituras visitadas⁵ oferecem cursos de qualificação profissional de curta duração na área de serviços pessoais, informática, eletricista, entre outros. Parte dos cursos é realizada em parceria com a Vale, com o objetivo de suprir vagas da empresa. Além disso, a Estação do Conhecimento Vale, presente em Tucumã, Parauapebas e Marabá, oferece, entre outras atividades, cursos de qualificação em diversas áreas.

Apenas em Xinguara encontramos ações de apoio voltadas especialmente à Economia Solidária. A Prefeitura Municipal conta com um Departamento de Economia Solidária ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com uma legislação específica para a economia solidária (aprovada em julho de 2006) e com um fundo municipal de apoio à economia solidária (FundoSol). Tais iniciativas tiveram origem na ação dos membros da Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atioro - Coopatioro, fundada em 1997 com apoio da Diocese e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e que hoje se denomina uma Associação (Apatioro) com o objetivo do fomento à pequena produção popular e solidária. São ações do Departamento de Economia Solidária no município: cadastramento dos ambulantes; apoio às feiras locais; manutenção de um posto de apoio ao empreendedor no Mercado Municipal; cessão de uma loja na rodoviária para exposição dos produtos dos artesãos locais; tentativas de organização dos produtores para a compra coletiva de insumos; orientações para a estruturação de pequenos empreendimentos, participação em licitações, formalização das atividades e uso do microcrédito produtivo.

⁵ Dos sete municípios visitados, apenas a Prefeitura Municipal de Parauapebas não foi entrevistada, tendo em vista o recesso no dia da visita.

Figura 5 - Microempreendedores Individuais apoiados pela Prefeitura de Xinguará



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quanto ao apoio universitário, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do Sul e Sudeste Paraense (ITESP/UFGPA), localizada em Marabá, propõe-se a assessorar grupos já existentes com o fim de aprimorar a produção e potencializar sua atuação na região (Marabá e entorno). O público-alvo é composto de agricultores familiares, agricultores urbanos e periurbanos, grupos de mulheres em condições de vulnerabilidade, grupo de artesãos, associações de moradores, entre outros.

Uma característica das ações de apoio é a ausência de integração entre as mesmas: os programas das Prefeituras não contemplam parcerias com ONGs, Sebrae ou Universidades, ou quando contemplam, as ações conjuntas são incipientes. É o caso da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás – Agência Canaã, entidade sem fins lucrativos que conta com representantes da iniciativa privada, do terceiro setor, do poder público e da sociedade civil organizada. A entidade, sem fins lucrativos, é mantida com recursos da Prefeitura e da Vale, e tem como um de seus objetivos a geração de trabalho e renda no município, tendo apoiado projetos de piscicultura, apicultura e hortas comunitárias. Entretanto, as ações são ainda embrionárias, uma vez que a Prefeitura Municipal não atua de forma significativa e o apoio técnico é fraco. O Sebrae é apontado como parceiro fundamental, mas cujas ações hoje se limitam à capacitação de empresários locais e apoio à formalização de microempreendedores.

Entre os grupos apoiados pela Agência Canaã encontra-se a Associação de Artesãos e Artesãs Solidários de Canaã dos Carajás, grupo de mulheres ligadas ao movimento nacional da Economia Solidária, coordenado por Maria Juciara de Souza Neto, funcionária da

Prefeitura. Desde 2005, o grupo atua junto à Prefeitura e a outras instituições buscando compradores e parceiros para divulgação e comercialização dos produtos e também na área de capacitação. A metodologia utilizada pelo grupo passa pela valorização e divulgação dos princípios da Economia Solidária em todas as ações, participação nos Conselhos Municipais e parcerias com as escolas e demais instituições de formação. O grupo conquistou uma loja na avenida central do município, cedida pela Prefeitura, e mais dois espaços, sendo um na sede e o outro distante. Liderou iniciativa para constituição de um Banco do Povo no município, mas que não se concretizou, por questões políticas. Atualmente, são 28 grupos, embora cerca de 84 famílias já tenham passado pela Associação. Alguns dos grupos apoiados já celebraram contratos de venda para a Prefeitura Municipal (uniformes) e a Vale (uniformes e lanches).

Figura 6 - Produtos e integrantes da Associação de Artesãos e Artesãs Solidários de Canaã dos Carajás



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em suma, a produção em pequena escala que caracteriza o circuito inferior na região estudada padece das mesmas dificuldades e gargalos verificados em outras regiões do país: baixa qualificação em geral, dificuldades para captação de crédito, ausência de apoio técnico e de articulação com escolas técnicas e universidades, entre outros. Outro aspecto importante é que esta produção apresenta poucos vínculos no nível local e regional, quase sempre dependendo de insumos vindos de fora do estado, o que encarece os produtos e impede a formação de cadeias produtivas locais. Ademais, alguns setores de grande potencial, como o turístico, de fitoterápicos, reciclagem e extrativismo florestal de produtos não madeireiros são praticamente inexistentes. Em boa parte dos casos, demandas específicas de apoio técnico são claramente definidas pelos próprios trabalhadores e grupos entrevistados. Conclui-se que o apoio a essas iniciativas possui grandes efeitos potenciais, em termos de geração de trabalho e renda, sobretudo para a população não inserida nos grandes investimentos minerários previstos e em implantação na região.

A articulação entre o circuito superior e o inferior é ainda muito fraca, ou praticamente inexistente; entretanto, o crescimento recente do circuito superior abre possibilidades para um fortalecimento do circuito inferior, tendo como exemplos maiores a demanda por alimentos e por serviços produtivos e pessoais. Observa-se também que esse potencial de articulação não se realiza por falta de apoio institucional e de mediação entre os dois setores. Existe grande espaço para inovação e coordenação de ações entre os dois setores, implicando o envolvimento dos diversos atores e rompendo com a relativa acomodação na linha de ação de grandes produtores, que utilizam grandes fornecedores distantes; faltam também referências e/ou repertório para os atores nos dois circuitos e nas possíveis mediações, para promover as sinergias necessárias.

A desarticulação ou a simples vacância de elos inteiros das cadeias produtivas contrastam com o crescimento do sistema econômico regional. Essa realidade configura ao mesmo tempo um empecilho e uma oportunidade econômica de monta. Naqueles setores mais amigáveis à atuação de *agentes pequenos*, o crescimento de ações de natureza cooperativa, que contribuam para superar o baixo nível de organização e capacidade de ação em ambiente de mercado capitalista, pode ser mais facilmente desenvolvido.

Seção III - Caracterização da pequena produção popular e solidária na área selecionada a partir do Censo Demográfico 2010

Introdução

Esta seção apresenta uma caracterização, a partir do Censo Demográfico 2010, das iniciativas da economia popular e solidária na região selecionada. Como descrito na Introdução deste Relatório, dada a multiplicidade de contextos coexistentes na Amazônia, nossa escolha metodológica foi focalizar o sul e sudeste paraense, região visitada em campo por parte do Coletivo Urbis em julho de 2012. A região selecionada abrange sete municípios - Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã, Xinguara e São Felix do Xingu - e corresponde, em parte, ao que foi denominado no projeto de “Urbis 1”.

Parte-se de uma tipologia de identificação da economia dos setores populares no Censo Demográfico 2010, construída a partir das categorias de ocupação existentes, com base nas informações coletadas em campo e apresentadas na Seção II. A seguir, apresentam-se as tabulações realizadas para os Grupos de trabalhadores definidos. Por fim, prosseguimos a uma síntese dos dados.

Tipologia de identificação da economia popular e solidária no Censo 2010

As pesquisas domiciliares no Brasil não fazem menção explícita a uma economia dos setores populares, economia popular e/ou economia solidária. Sendo assim, a identificação de tais iniciativas deve partir das categorias ligadas ao tema “Trabalho e Rendimento”.

Uma vez que características da empresa ou instituição “empregadora” não são captadas nas pesquisas domiciliares do IBGE, não é possível construir uma aproximação da “economia solidária” – para este fim, seria imprescindível identificar o grau de autogestão e solidariedade dos empreendimentos. Sendo assim, as informações individuais do Censo Demográfico permitem apenas uma aproximação da “economia popular”. Entendendo a “economia solidária” como parte da “economia popular”, essa limitação não introduz grandes dificuldades.

Como descrito por Coraggio (2008), a economia popular abrange tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho por conta própria na produção de mercadorias para o mercado, o trabalho solidário na produção para a comunidade, o trabalho para o autoconsumo (para a

família ou a comunidade) e o trabalho de formação e capacitação. Tais formas de ocupação seriam as diversas categorias segundo as quais o fundo de trabalho é utilizado (Coraggio, 2008). Tal proposta de conceituação rompe com a tradicional dicotomia formal/informal; embora boa parte da economia popular seja informal, a grande diferença desta, diante da economia capitalista, seria sua racionalidade própria, não ancorada no lucro, mas na reprodução ampliada da vida de seus membros (‘condições intergeracionais sempre melhores’). Embora não necessariamente se caracterize pela solidariedade, a economia popular apresenta como traço fundamental relações de reciprocidade e de corresponsabilidade na reprodução da vida de seus membros (Coraggio, 2008).

Percebe-se, assim, a dificuldade de se identificar com precisão a economia popular nas pesquisas domiciliares, uma vez que tal conceituação parte de categorias distintas das usualmente utilizadas. Uma caracterização da racionalidade presente nas relações produtivas demandaria um conjunto específico de perguntas, inexistente nas pesquisas disponíveis. Apesar disso, acreditamos ser possível uma aproximação, a partir das seguintes variáveis presentes no Censo Demográfico 2010:

- Classificação da ocupação do entrevistado (com base nas categorias da Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD 2010);
- Posição na ocupação do entrevistado (categorias existentes: empregados com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; empregados sem carteira de trabalho assinada; conta própria; empregadores; não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo);
- Número de empregados, caso o entrevistado se declare empregador.

A experiência de visita aos municípios selecionados, ocorrida em julho de 2012, foi de fundamental importância para esta construção metodológica. O contato direto com a realidade local, por meio de observação participante e entrevistas, permitiu verificar as principais ocupações onde se verificavam relações de reciprocidade e a informalidade. Tendo em vista a complexidade da economia popular, não expressa nos dados estatísticos, conclui-se a necessária complementaridade entre trabalho estatístico e a observação em campo em estudos como este.

Como citado na Seção II, a observação de campo identificou três grandes grupos de trabalhadores que se aproximam do que chamamos de economia popular:

- Trabalhadores na produção familiar em torno da agricultura, pecuária, pesca e piscicultura;
- Trabalhadores do comércio em pequena escala, sobretudo do setor de confecções e pequenos negócios nos bairros distantes do centro: pequenas “vendingas”, salões de beleza, bares e restaurantes;
- Trabalhadores ambulantes dos setores de alimentação, confecções, produtos eletrônicos, CDs e DVDs falsificados e importados diversos.

Confrontando essa constatação às categorias disponíveis no Censo 2010, chegamos à classificação apresentada no Quadro 1.

Quadro 1– Metodologia de identificação da economia popular no Censo 2010 (para o estado do Pará – municípios selecionados)

	Grupos de ocupação abrangidos (COD 2010)	Posição na ocupação abrangida
Grupo 1 – agricultura familiar e pesca (*)	GG 6 - Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca GG 9 – Ocupações elementares (SGP 92 - Trabalhadores elementares da agropecuária, da pesca e florestais)	- Empregados sem carteira; - Conta própria; - Empregadores (até 5 empregados); - Não remunerados; - Trabalhadores na produção para o próprio consumo.
Grupo 2 – comércio em pequena escala	GG 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (SG 512 – Cozinheiros; SG 513- Garçons e atendentes de bar; SG 514 – Cabeleireiros, especialistas em tratamento de beleza e afins; SGP 52 – Vendedores (<u>exceto</u> GB 5212 – Vendedores ambulantes de serviços de alimentação; GB 5241 - Modelos de moda, arte e publicidade; GB 5244 - Vendedores por telefone; GB 5245 - Frentistas de posto de gasolina)	- Empregados com carteira; - Empregados sem carteira; - Conta própria; - Empregadores (até 5 empregados); - Não remunerados.
Grupo 3 – trabalhadores ambulantes	GG 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (GB 5212 – Vendedores ambulantes de serviços de alimentação)	- Conta própria; - Não remunerados.

	GG 9 – Ocupações elementares (SGP 95 - Trabalhadores ambulantes dos serviços e afins; SGP 96 - Coletores de lixo e outras ocupações elementares – exceto GB 9613 - Varredores e afins)	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de observações de campo e das categorias do IBGE – Censo Demográfico 2010.

Nota: COD – Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares; GG – Grande Grupo; SGP – Subgrupo Principal; SG – Subgrupo. O conjunto completo das categorias da COD encontra-se no Anexo deste Relatório.

(*) Excluimos deste grupo os empregados com carteira de trabalho assinada, por ter-se verificado em campo que as relações assalariadas ocorrem, principalmente, nas grandes propriedades.

Após a identificação dos trabalhadores, buscaremos caracterizá-los do ponto de vista de:

- Características pessoais: gênero, idade e escolaridade;
- Características migratórias: Unidade da Federação de nascimento;
- Rendimento do trabalho: tipo de rendimento (sem rendimento; rendimento somente em benefícios; rendimento em dinheiro, produtos e mercadorias); valor do rendimento mensal do trabalho principal e do rendimento domiciliar *per capita*;
- Acesso ao aparato estatal: por meio da participação em programas de transferências de renda;
- Local de trabalho: no próprio domicílio, dentro do município ou em outros município..

Caracterização geral dos trabalhadores

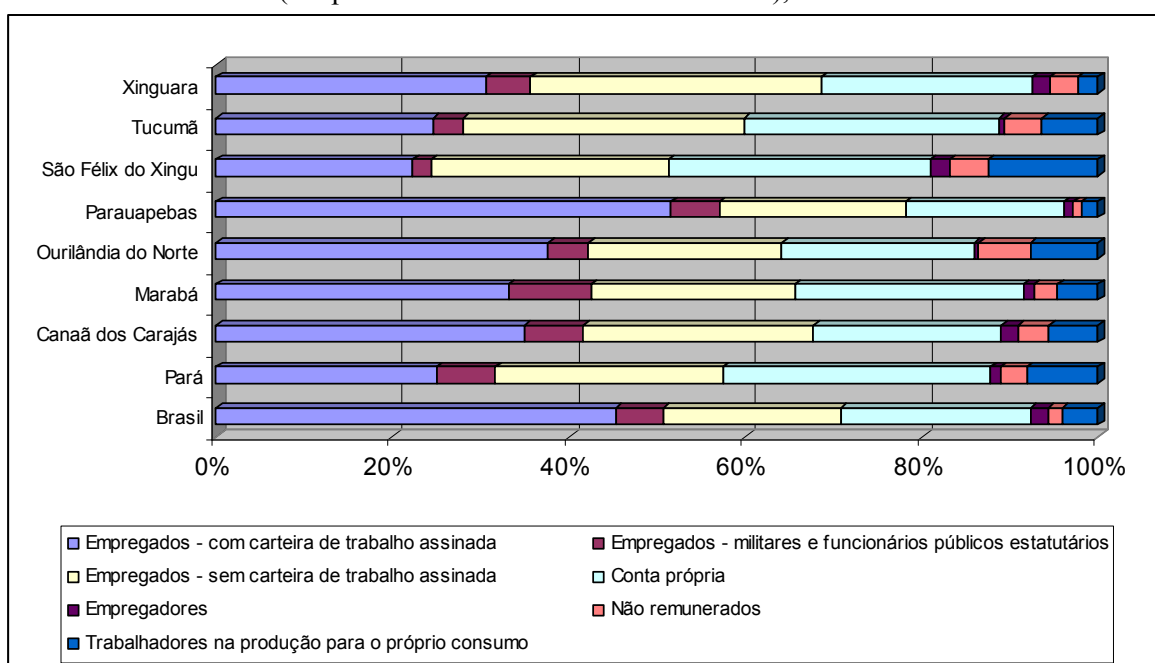
Embora não se deva confundir a economia popular com a economia informal, o que se verifica na prática é que, tendo em vista as peculiaridades da organização da produção e as dificuldades enfrentadas pela economia popular, boa parte dela se caracteriza pela informalidade. Deste modo, partimos inicialmente de uma caracterização geral dos níveis de informalidade nos municípios.

Os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE apontam um grau de informalidade nos municípios selecionados superior ao brasileiro. A soma dos empregados sem carteira, por conta própria, não remunerados e na produção para o próprio consumo chega a 73,3% em São Félix do Xingu e 71,3% em Tucumã (contra 47,7% no Brasil e 67,2% em todo o Pará). Os trabalhadores por conta própria também representam um percentual superior ao brasileiro,

embora inferior à participação no estado do Pará. Os não remunerados e os que produzem para o próprio consumo são muito mais representativos que no caso brasileiro, sendo que em São Félix do Xingu, 12,5% dos ocupados se encaixam neste último grupo (Gráfico 1).

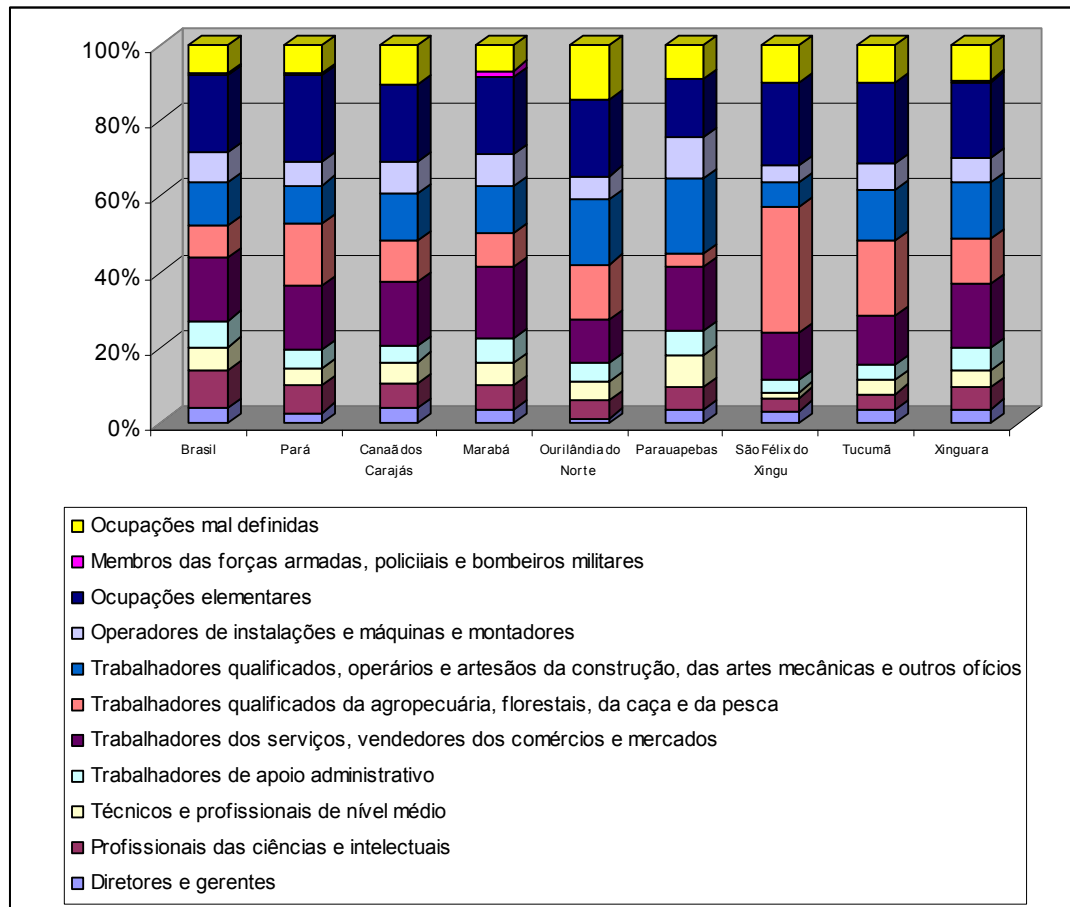
O Gráfico 2 apresenta o elevado papel da agropecuária e pesca na absorção de trabalhadores (destaques para São Félix do Xingu e Tucumã), além dos serviços, comércios e mercados (destaques para Marabá, Parauapebas e Xinguara) e das ocupações elementares, que incluem os ambulantes, domésticos, entre outros (destaques para São Félix e Tucumã).

Figura 7 - Pará – Municípios selecionados: Posição na ocupação no trabalho principal (ocupados com 10 anos ou mais de idade), 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Figura 8 - Pará – Municípios selecionados: Grandes grupos de ocupação no trabalho principal (ocupados com 10 anos ou mais de idade), 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Nas próximas subseções, serão apresentadas as principais características dos três Grupos definidos, no âmbito regional. As estatísticas para o nível municipal são apresentadas quando foi constatada discrepância relevante entre os municípios. Tendo em vista as variáveis utilizadas na caracterização dos grupos, não foi possível desagregar as informações ao nível intramunicipal⁶.

Caracterização do Grupo 1 – agricultura familiar e pesca

O Grupo ocupado na agricultura familiar e pesca corresponde a cerca de 9% dos ocupados no estado do Pará, e a 6,12%, na região em estudo, somando 37.154 trabalhadores nos sete municípios. O grupo é composto predominantemente por homens (76,8%), pardos

⁶ As informações sobre ocupação estão disponíveis apenas no questionário da amostra.

(61,7%) e brancos (24,2%), localizados em meio rural (74,4%). Entre os municípios de maior predominância do Grupo estão São Felix do Xingu e Tucumã, municípios vizinhos e cujo território é, em boa parte, ocupado pela prática agrícola. Os menores percentuais ocorrem em Marabá e Parauapebas, municípios mais populosos e onde o processo de urbanização encontra-se mais avançado.

Tabela 1– Trabalhadores do Grupo 1 – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Nº de trabalhadores	Percentual do total de ocupados
Canaã dos Carajás	1864	6,98
Marabá	11334	4,85
Ourilândia do Norte	2176	7,94
Parauapebas	2889	1,88
São Félix do Xingu	12421	13,62
Tucumã	4311	12,83
Xinguara	2159	5,32
Total	37154	6,12

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

A Tabela 2 - Trabalhadores do Grupo 1 segundo os Grupos de Base da COD – Pará, municípios selecionados, 2010 apresenta a distribuição dos trabalhadores segundo os Grupos de Base da classificação de ocupações do IBGE – GBs, menor agregação existente na COD 2010. Os GBs que mais ocupam trabalhadores no Grupo 1 referem-se aos trabalhadores dos cultivos mistos (30,7%) e da criação de gado (13,1%) e trabalhadores não qualificados na agricultura (16,3%). Observem-se os baixos percentuais de trabalhadores florestais (ligados ao extrativismo florestal), o que marca um contraste dessa região em relação a outros espaços amazônicos, onde a floresta em parte preservada e as Resex e RDS garantem a sobrevivência da população extrativista⁷. A pesca também aparece em menor expressão, embora tenha sido identificada em Marabá e São Felix do Xingu, no trabalho de campo. Também não foram declarados trabalhadores da apicultura, identificados no município de Canaã dos Carajás durante a missão de campo⁸.

A análise das ocupações por município aponta alguns grupos com predominância acima da média da região: agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, em Tucumã; trabalhadores do cultivo de hortas, viveiros e jardins, em Canaã dos Carajás;

⁷ A esse respeito, ver a Seção 1.

⁸ A ausência dessas informações pode ter ocorrido em função das informações de ocupação estarem disponíveis apenas para o trabalho principal.

criadores de gado, em Xinguara e São Felix do Xingu; pescadores, em Marabá, Canaã e São Felix.

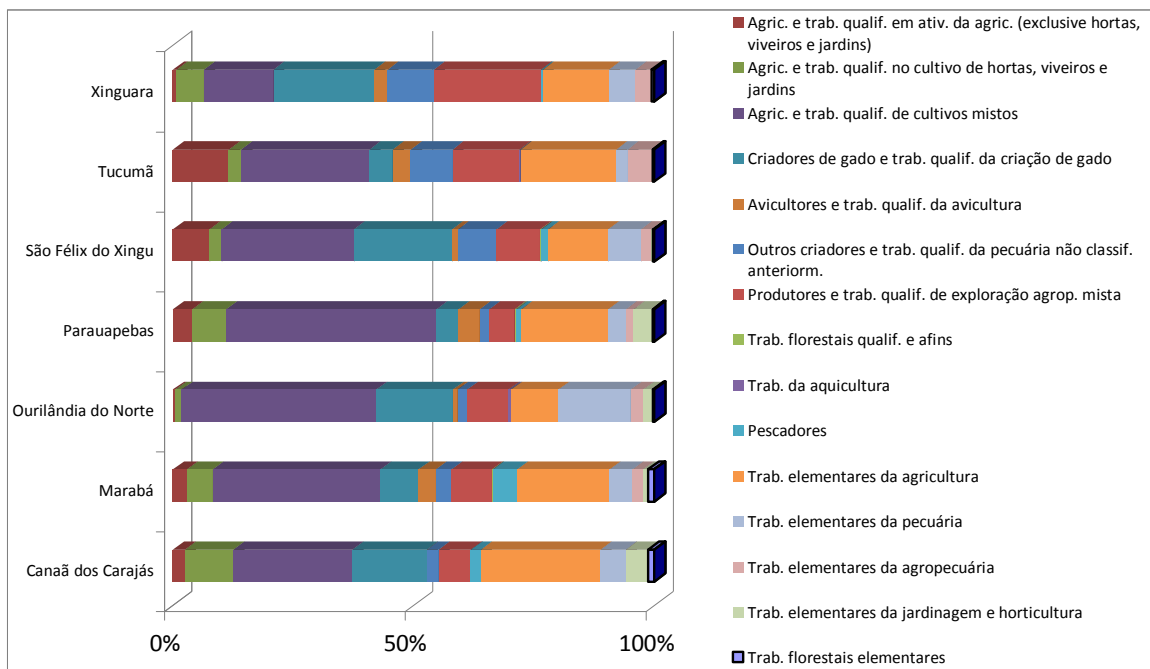
Tabela 2 - Trabalhadores do Grupo 1 segundo os Grupos de Base da COD – Pará, municípios selecionados, 2010

Grupos de Base da COD	Nº de trabalhadores	Percentual do Grupo 1
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	1991	5,4
Agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins	1568	4,2
Agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos	11417	30,7
Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado	4861	13,1
Avicultores e trabalhadores qualificados da avicultura	908	2,4
Outros criadores e trabalhadores qualificados da pecuária não classificados anteriormente	2096	5,6
Produtores e trabalhadores qualificados de exploração agropecuária mista	3618	9,7
Trabalhadores florestais qualificados e afins	61	0,2
Trabalhadores da aquicultura	30	0,1
Pescadores	820	2,2
Trabalhadores elementares da agricultura	6064	16,3
Trabalhadores elementares da pecuária	2137	5,8
Trabalhadores elementares da agropecuária	916	2,5
Trabalhadores elementares da jardinagem e horticultura	424	1,1
Trabalhadores florestais elementares	211	0,6
Trabalhadores elementares da caça, pesca e aquicultura	32	0,1
Total	37154	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

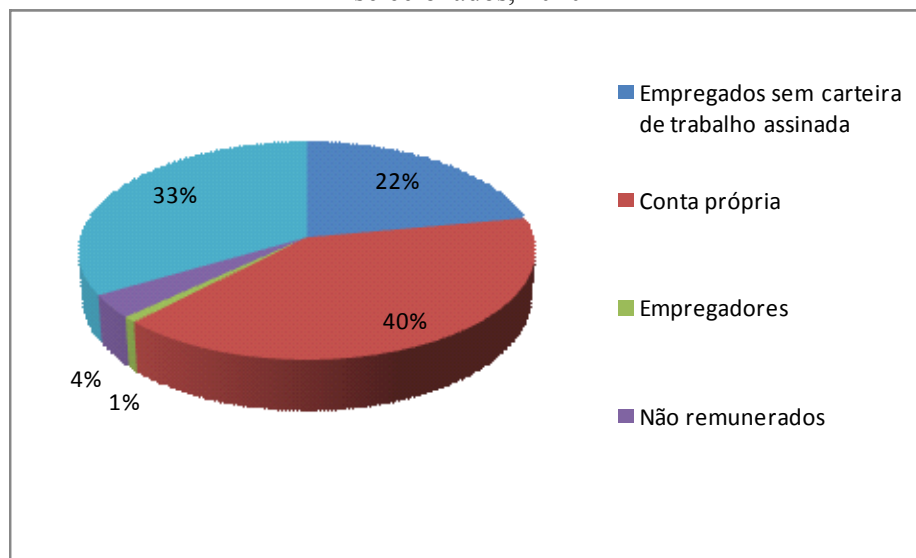
O elevado percentual de trabalhadores na produção para o próprio consumo ilustra o caráter informal e desarticulado ao mercado da produção familiar. De fato, boa parte dessa produção volta-se à subsistência da família, configurando uma das formas de uso do fundo do trabalho descritas por Coraggio (2008). Mesmo nos casos em que há o interesse na comercialização no mercado, esta é dificultada pelas más condições de transporte e pela baixa articulação entre os produtores. Entre os que possuem rendimento, a maior parte recebe em dinheiro (94%), e apenas 6% em mercadorias e produtos. Note-se ainda o elevado percentual de trabalhadores por conta própria.

Figura 9 - Trabalhadores do Grupo 1 segundo os Grupos de Base da COD, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Figura 10 - Trabalhadores do Grupo 1 segundo a posição na ocupação – Pará, municípios selecionados, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Mais da metade dos trabalhadores do Grupo 1 não nasceu no Pará, o que expressa a dinâmica migratória recente na região, em função, sobretudo, dos investimentos destinados ao

circuito superior da economia⁹. 20% dos trabalhadores do Grupo 1 nasceram no estado do Maranhão e 11,2%, em Goiás, o que justifica as influências culturais existentes na região¹⁰. Note-se ainda que a região recebeu migrantes de todas as mesorregiões do país, com destaque ainda para o Norte (Tocantins) e Sudeste (Minas Gerais).

Tabela 3 - Trabalhadores do Grupo 1, segundo UF de nascimento – Pará, municípios selecionados, 2010

UF de nascimento	Nº de trabalhadores	Percentual do Grupo 1
Rondonia	12	0,0
Amapá	37	0,1
Tocantins	2.690	7,2
Maranhão	7.431	20,0
Piauí	1.268	3,4
Ceará	983	2,6
Rio Grande do Norte	67	0,2
Paraíba	104	0,3
Pernambuco	250	0,7
Alagoas	100	0,3
Sergipe	51	0,1
Bahia	960	2,6
Minas Gerais	1.590	4,3
Espírito Santo	294	0,8
Rio de Janeiro	26	0,1
São Paulo	216	0,6
Paraná	327	0,9
Santa Catarina	113	0,3
Rio Grande do Sul	136	0,4
Mato Grosso do Sul	33	0,1
Mato Grosso	194	0,5
Goiás	4.162	11,2
Distrito Federal	55	0,1
Ignorado	191	0,5
Pará	15.864	42,7
Total	37.154	100,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Como é próprio da agricultura familiar, a quase totalidade dos trabalhadores trabalha no próprio domicílio ou no próprio município, mas não no domicílio. Apenas em Canaã, Tucumã e Xinguara é relevante o número de trabalhadores que se desloca até outro município para o trabalho. Este fato se justifica pela extensa área dos municípios e pelo fato de todos apresentarem relevante parcela do território destinado ao cultivo agrícola.

⁹ Ver Silva et al (2013).

¹⁰ Ver Craice e Souza (2013).

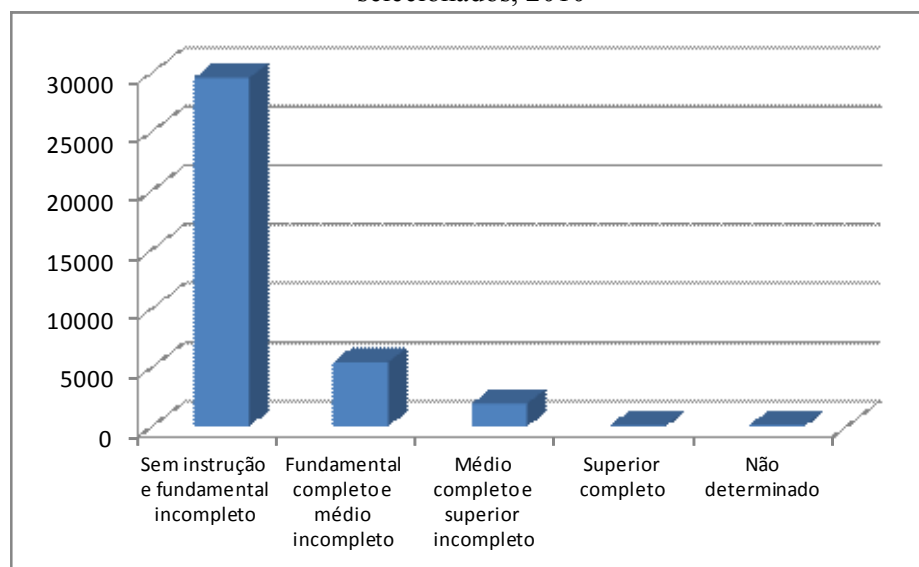
Tabela 4 - Trabalhadores do Grupo 1, segundo local de trabalho – Pará, municípios selecionados, 2010

	No próprio domicílio	Apenas neste município, mas não no próprio domicílio	Em outro município	Em mais de um município ou país
Canaã dos Carajás	46,9	47,1	6,0	0,0
Marabá	61,8	35,1	3,0	0,2
Ourilândia do Norte	48,4	50,8	0,7	0,0
Parauapebas	50,3	42,2	7,2	0,4
São Félix do Xingu	73,4	25,7	0,4	0,6
Tucumã	73,9	16,2	9,7	0,2
Xinguara	56,5	35,2	7,8	0,5
Total	64,3	31,8	3,5	0,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Embora a maior parte dos trabalhadores declare ler e escrever (79,1%, com pouca variação entre os municípios) e sejam relativamente jovens (média de 38,4 anos, também com pouca variação entre os municípios), o nível de escolaridade é muito baixo. Cerca de 6% concluíram o Ensino Médio e 80% não finalizaram o Fundamental. As dificuldades relacionadas à escolaridade são bastante frequentes entre os integrantes da economia popular, constituindo um dos maiores gargalos à expansão das atividades.

Figura 11 - Trabalhadores do Grupo 1, segundo o nível de escolaridade – Pará, municípios selecionados, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Os dados de rendimento do trabalho principal evidenciam uma grande desigualdade de rendimentos dentro do grupo. Enquanto as médias encontram-se abaixo do valor do salário mínimo no período (exceção de Xinguara), os altos desvios-padrão e máximos indicam a coexistência de baixos e altos rendimentos, que chegam a R\$40.000,00 em Xinguara, município conhecido pela produção agropecuária de grande porte. A discrepância diminui ao observarmos o rendimento domiciliar *per capita*, mas permanece grande em alguns municípios, como São Felix e Xinguara.

Tabela 5 – Rendimento do trabalho principal - trabalhadores do Grupo 1 – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Canaã dos Carajás	545,55	1.396,99	0,00	15.000,00
Marabá	310,32	671,43	0,00	9.000,00
Ourilândia do Norte	480,74	624,47	0,00	4.000,00
Parauapebas	398,44	764,46	0,00	5.100,00
São Félix do Xingu	529,43	958,50	0,00	15.000,00
Tucumã	524,01	1.021,35	0,00	10.000,00
Xinguara	847,85	3.096,34	0,00	40.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Tabela 6 – Rendimento domiciliar *per capita* - trabalhadores do Grupo 1 – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Canaã dos Carajás	414,13	727,36	0,00	6600,00
Marabá	288,96	487,57	0,00	8500,00
Ourilândia do Norte	323,17	330,21	0,00	2000,00
Parauapebas	384,89	500,46	0,00	4000,00
São Félix do Xingu	443,04	850,39	0,00	34557,14
Tucumã	480,91	549,79	0,00	4150,00
Xinguara	525,50	1530,17	0,00	17333,33

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

É baixo o número de trabalhadores que declara receber transferências relativas a programas sociais, como o Bolsa Família e/ou Peti (4,7%) e outros (0,9%). Em São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte e Marabá, o percentual que recebe BF e/ou Peti é acima da média na região: 8; 5,6 e 5,1, respectivamente.

Caracterização do Grupo 2 – comércio em pequena escala

Os trabalhadores do comércio em pequena escala correspondem a 4,8% dos ocupados no estado do Pará e a 5% na região em estudo, somando 30.316 pessoas nos sete municípios. O grupo é composto predominantemente por mulheres (61,3%), pardos (62,6%) e brancos (27,3%), localizados em meio urbano (92,1%). A média de idade é 32 anos, a menor entre os três grupos. As maiores incidências de trabalhadores, em relação ao total de ocupados, são encontradas em Xinguara, Marabá, Tucumã e Parauapebas, o que corrobora as observações de campo.

Tabela 7 – Trabalhadores do Grupo 2 – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Nº de trabalhadores	Percentual no total de ocupados
Canaã dos Carajás	1304	4,88
Marabá	12925	5,53
Ourilândia do Norte	792	2,89
Parauapebas	7883	5,12
São Félix do Xingu	3381	3,71
Tucumã	1740	5,18
Xinguara	2291	5,65
Total	30316	4,99

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Os GBs que mais ocupam trabalhadores no Grupo 2 são: balconistas e vendedores de lojas (32%) e os comerciantes de lojas (24,6%). Os grupos ligados aos serviços alimentícios também são significativos, sobretudo cozinheiros e garçons. Os serviços de beleza também agrupam quantidade significativa de trabalhadores.

A análise das ocupações por município aponta alguns grupos cujo percentual se encontra bastante acima da média da região: garçons, em Xinguara e Canaã; cabeleireiros e comerciantes de lojas, em Ourilândia; caixas e expedidores de bilhetes, em São Felix, e vendedores a domicílio, em Xinguara (Figura 12 - Trabalhadores do Grupo 2, segundo os Grupos de Base da COD, 2010).

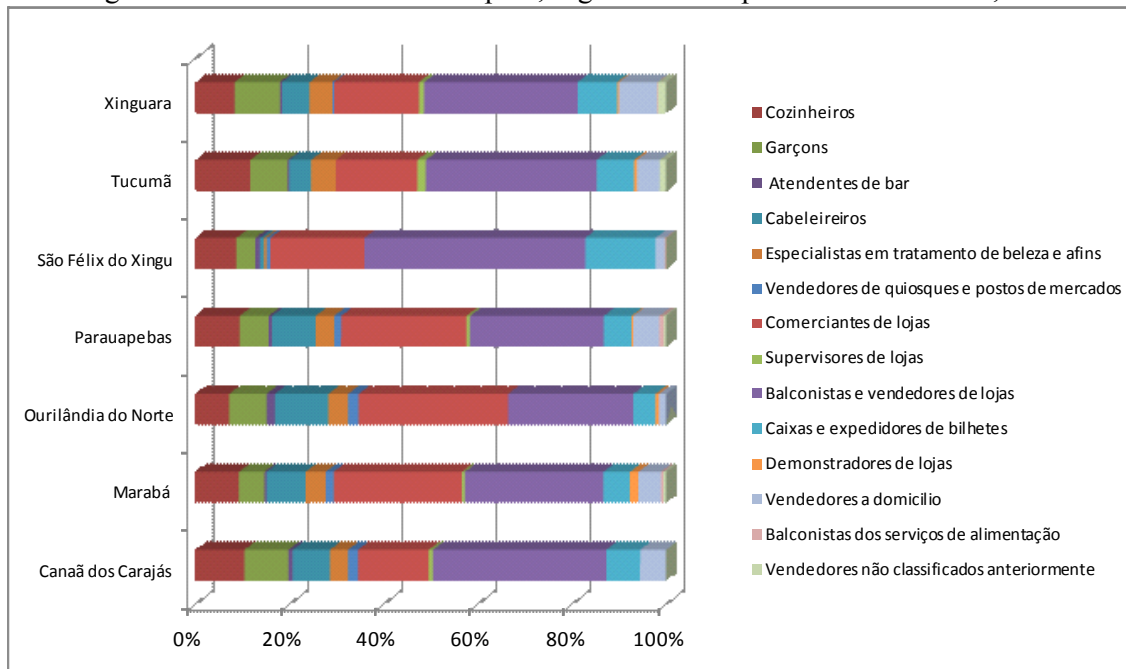
Tabela 8 - Trabalhadores do Grupo 2, segundo os Grupos de Base da COD – Pará, municípios selecionados, 2010

Grupos de Base da COD	Número de trabalhadores	Percentual do Grupo 2
Cozinheiros	2828	9,3
Garçons	1865	6,2

Atendentes de bar	191	0,6
Cabeleireiros	2238	7,4
Especialistas em tratamento de beleza e afins	1163	3,8
Vendedores de quiosques e postos de mercados	419	1,4
Comerciantes de lojas	7451	24,6
Supervisores de lojas	211	0,7
Balconistas e vendedores de lojas	9695	32,0
Caixas e expedidores de bilhetes	2162	7,1
Demonstradores de lojas	283	0,9
Vendedores a domicilio	1471	4,9
Balconistas dos serviços de alimentação	168	0,6
Vendedores não classificados anteriormente	171	0,6
	30316	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

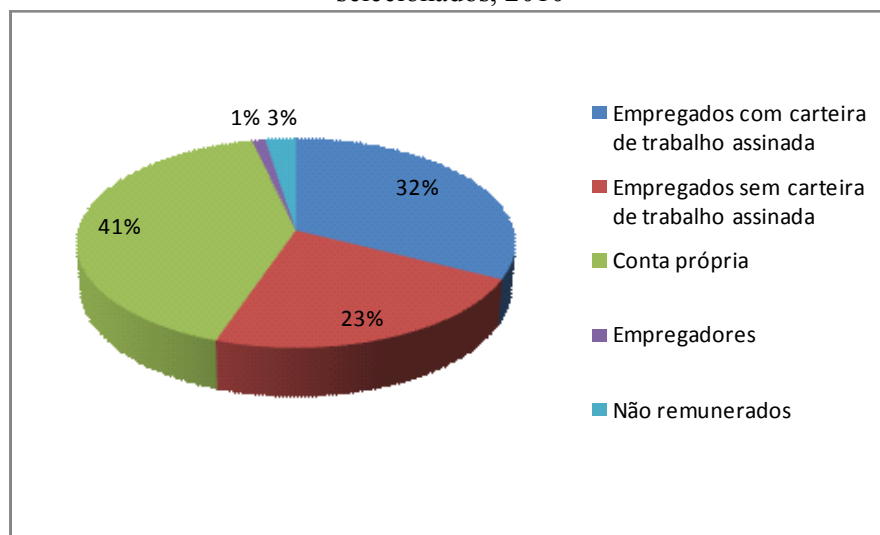
Figura 12 - Trabalhadores do Grupo 2, segundo os Grupos de Base da COD, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

A posição na ocupação indica grande percentual de trabalhadores por conta própria (41,1%), valor próximo ao encontrado para o Grupo 1. O que revela que mesmo o comércio e os serviços são associados ao trabalho individual. Os empregados sem carteira são quase 23% do total do Grupo. Note-se ainda o elevado percentual de empregados com carteira, ou seja, integrados à economia formal.

Figura 13 - Trabalhadores do Grupo 2, segundo a posição na ocupação – Pará, municípios selecionados, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

As características migratórias acompanham a tendência verificada para o Grupo 1 26,5% dos trabalhadores nasceram no estado do Maranhão e 6,4%, em Goiás, acompanhando a tendência verificada no Grupo 1. 47,2% nasceram no estado do Pará. Destaques também são Tocantins, Piauí e Ceará.

Tabela 9 - Trabalhadores do Grupo 2, segundo a UF de nascimento – Pará, municípios selecionados, 2010

Unidade da Federação de nascimento	Número de trabalhadores	Percentual do Grupo 2
Rondonia	19	0,1
Amazonas	86	0,3
Roraima	22	0,1
Amapá	22	0,1
Tocantins	1585	5,2
Maranhão	8025	26,5
Piauí	837	2,8
Ceará	766	2,5
Rio Grande do Norte	64	0,2
Paraíba	97	0,3
Pernambuco	184	0,6
Alagoas	33	0,1
Sergipe	50	0,2
Bahia	560	1,9
Minas Gerais	570	1,9
Espírito Santo	169	0,6
Rio de Janeiro	56	0,2
São Paulo	197	0,7

Paraná	116	0,4
Santa Catarina	38	0,1
Rio Grande do Sul	94	0,3
Mato Grosso do Sul	36	0,1
Mato Grosso	195	0,6
Goiás	1931	6,4
Distrito Federal	49	0,2
Ignorado	190	0,6
Pará	14325	47,2
	30316	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Surpreendentemente, 34,5% dos trabalhadores do Grupo 2 trabalham no próprio domicílio. É curioso que tão alto percentual do comércio de pequena escala ocorra no próprio domicílio do trabalhador. O trabalho no domicílio muitas vezes se caracteriza pela não distinção entre os meios de trabalho e os meios de vida, característica marcante da economia popular. Novamente, é pequena a participação dos que se deslocam para outros municípios pelo motivo trabalho.

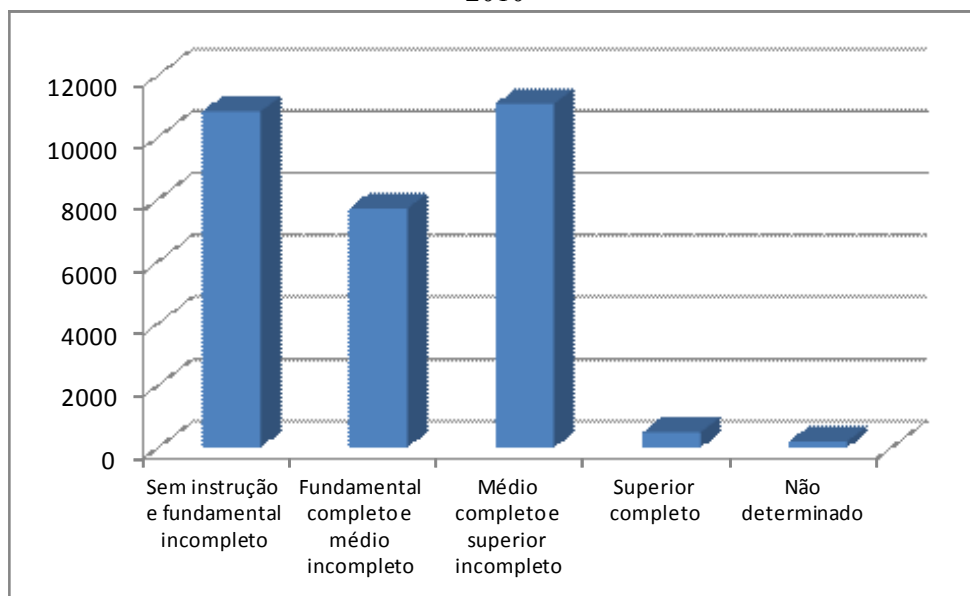
Tabela 10 - Trabalhadores do Grupo 2, segundo local de trabalho – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	No próprio domicílio	Apenas neste município, mas não no próprio domicílio	Em outro município	Em mais de um município ou país
Canaã dos Carajás	36,7	61,4	1,9	0,0
Marabá	37,5	61,0	1,0	0,6
Ourilândia do Norte	41,9	54,2	3,9	0,0
Parauapebas	35,5	63,9	0,3	0,2
São Félix do Xingu	28,2	71,0	0,3	0,4
Tucumã	25,3	70,5	3,7	0,5
Xinguara	26,6	71,6	0,6	1,2
Total	34,5	64,0	1,0	0,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

O percentual dos que lêem e escrevem é bastante superior ao encontrado no Grupo 1 (96,1%). O quadro do nível de instrução ou escolaridade também é melhor: cerca de 38% concluíram o Ensino Médio (contra 6% do Grupo 1), e 35,7% não finalizaram o Fundamental (contra 80% do Grupo 1). 1,64% concluiu o ensino superior.

Figura 14 - Trabalhadores do Grupo 2, segundo escolaridade – Pará, municípios selecionados, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

O Grupo 2 é mais homogêneo no que diz respeito aos rendimentos monetários. Os dados sobre o rendimento do trabalho principal evidenciam médias maiores que as do Grupo 1 e acima do valor do salário mínimo no período. A distribuição de rendimentos é menos desigual que a do Grupo 1, embora ainda existam valores bastante altos, em alguns municípios. A discrepância diminui ao observarmos o rendimento domiciliar *per capita*, mas permanece grande em alguns municípios, como São Felix e Xinguara (assim como verificado para o Grupo 1).

Tabela 11 - Trabalhadores do Grupo 2 - rendimento do trabalho principal – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Canaã dos Carajás	768,60	790,58	0,00	6000,00
Marabá	867,90	965,82	0,00	15000,00
Ourilândia do Norte	784,76	681,51	0,00	5000,00
Parauapebas	984,11	1256,73	0,00	12000,00
São Félix do Xingu	797,55	697,62	0,00	10200,00
Tucumã	862,68	1315,13	0,00	10000,00
Xinguara	838,14	1071,91	0,00	10000,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Tabela 12 - Trabalhadores do Grupo 2 – rendimento domiciliar *per capita* – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Canaã dos Carajás	414,13	727,36	0,00	6600,00
Marabá	288,96	487,57	0,00	8500,00
Ourilândia do Norte	323,17	330,21	0,00	2000,00
Parauapebas	384,89	500,46	0,00	4000,00
São Félix do Xingu	443,04	850,39	0,00	34557,14
Tucumã	480,91	549,79	0,00	4150,00
Xinguara	525,50	1530,17	0,00	17333,33

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

O número de trabalhadores que declara receber Bolsa Família e/ou Peti sobe para 5,8%, atingindo 10,3% em Canaã dos Carajás e 10,1% em Tucumã. 1,5% recebem transferências de outros programas sociais.

Caracterização do Grupo 3 – trabalhadores ambulantes

O grupo dos trabalhadores ambulantes é o menor entre os pesquisados, atingindo 0,41% dos ocupados no estado do Pará, e a 0,32%, na região em estudo (1.940 trabalhadores). O Grupo 3 é composto majoritariamente por mulheres (55,7%), embora seja o mais bem distribuído no que diz respeito ao gênero. Os pardos são 61,4% e os brancos, 26,1%. A média de idade é de 38,3 anos, próxima à do Grupo 1. Quase a totalidade reside no meio urbano (96%). Os maiores percentuais de trabalhadores (entre os ocupados) encontram-se em Canaã dos Carajás e Marabá.

Tabela 13 – Trabalhadores do Grupo 3 – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Nº de trabalhadores	Percentual no total de ocupados
Canaã dos Carajás	123	0,46
Marabá	1078	0,46
Ourilândia do Norte	79	0,29
Parauapebas	422	0,27
São Félix do Xingu	109	0,12
Tucumã	49	0,15
Xinguara	80	0,20
Total	1.940	0,32

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

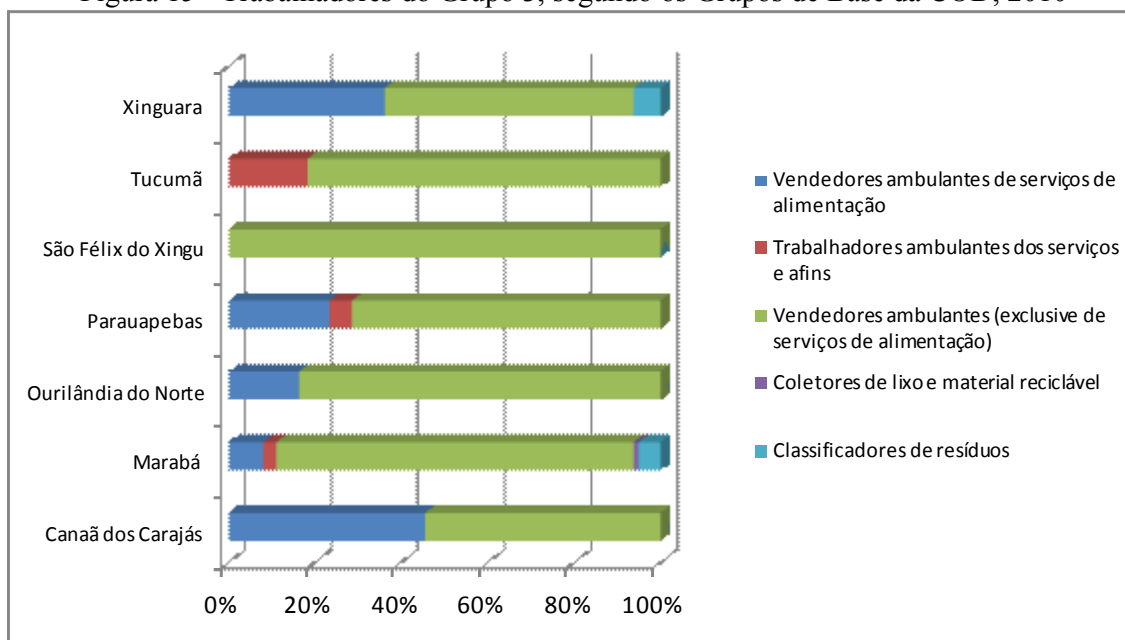
Os GBs predominantes no Grupo 3 são os ambulantes de serviços de alimentação e não-alimentícios (93%). Coletores e separadores de material reciclável são encontrados em Marabá e Xinguara, em pequena proporção.

Tabela 14 - Trabalhadores do Grupo 3, segundo os Grupos de Base da COD – Pará, municípios selecionados, 2010

Grupos de Base da COD	Número de trabalhadores	Percentual do total no Grupo 2
Vendedores ambulantes de serviços de alimentação	285	14,69
Trabalhadores ambulantes dos serviços e afins	63	3,25
Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)	1520	78,35
Coletores de lixo e material reciclável	13	0,67
Classificadores de resíduos	59	3,04
Total	1940	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Figura 15 - Trabalhadores do Grupo 3, segundo os Grupos de Base da COD, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Como esperado, 96% do grupo é constituído de trabalhadores por conta própria, e 4%, de não remunerados. Assim como verificado para os Grupos 1 e 2, a maior parte nasceu no Maranhão e Goiás. O percentual dos que nasceram no estado do Pará é inferior aos dos demais grupos: 34,9%.

Tabela 15- Trabalhadores do Grupo 3, segundo UF de nascimento – Pará, municípios selecionados, 2010

UF de nascimento	Nº de trabalhadores	Percentual
Amazonas	22	1,1
Tocantins	91	4,7
Maranhão	625	32,2
Piauí	62	3,2
Ceará	62	3,2
Rio Grande do Norte	17	0,9
Paraíba	18	0,9
Pernambuco	10	0,5
Bahia	55	2,8
Minas Gerais	27	1,4
São Paulo	36	1,9
Paraná	33	1,7
Goiás	183	9,4
Ignorado	22	1,1
Pará	677	34,9
Total	1940	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Novamente, o percentual dos que trabalham no próprio domicílio é alto: 44,1% em média, chegando a 77,2% em Ourilândia do Norte. É pequena a participação dos que se deslocam para outros municípios pelo motivo trabalho: 2,2%.

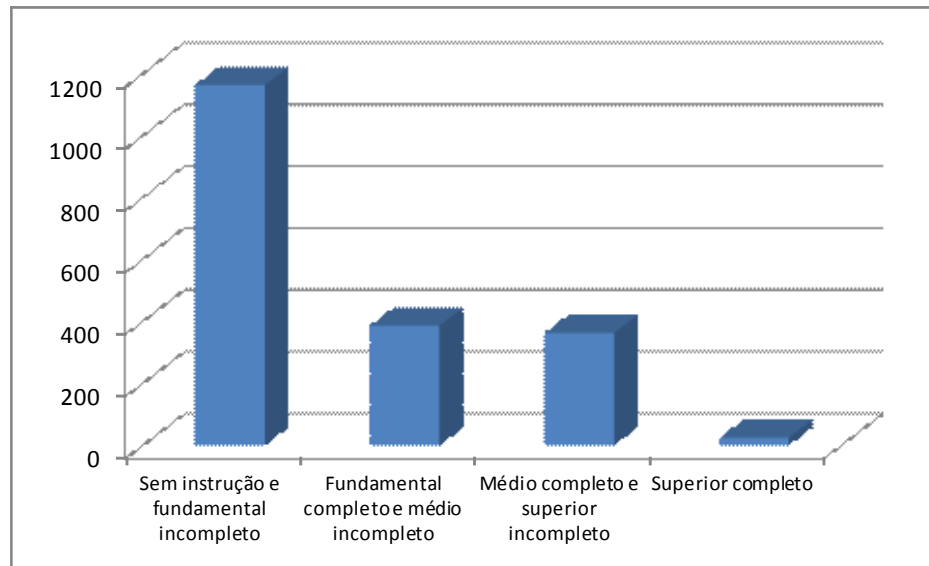
Tabela 16 - Trabalhadores do Grupo 3, segundo local de trabalho – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	No próprio domicílio	Apenas neste município, mas não no próprio domicílio	Em mais de um município ou país
Canaã dos Carajás	45,5	54,5	0,0
Marabá	40,9	57,2	1,9
Ourilândia do Norte	77,2	22,8	0,0
Parauapebas	40,1	57,1	2,8
São Félix do Xingu	68,8	31,2	0,0
Tucumã	24,5	75,5	0,0
Xinguara	51,3	36,3	12,5
Total	44,1	53,8	2,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

O percentual dos que lêem e escrevem é intermediários entre os Grupos 1 e 2: 92,6%. Cerca de 20% concluíram o Ensino Médio; no entanto, 60% não finalizaram o Ensino Fundamental.

Figura 16 - Trabalhadores do Grupo 3, segundo escolaridade – Pará, municípios selecionados, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

O Grupo 3 é caracterizado pelas maiores médias salariais, embora os desvios-padrão sejam altos para boa parte dos municípios. A discrepância diminui ao observarmos o rendimento domiciliar *per capita*, e os valores de máximo são significativamente menores que os dos demais grupos.

O percentual que declara receber Bolsa Família e/ou Peti é 4,6%, semelhante aos dos demais grupos, mas chega a 12,6% em Ourilândia. 2,2% declaram receber rendimento de outros programas sociais.

Tabela 17 - Trabalhadores do Grupo 3 – rendimento do trabalho principal – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Canaã dos Carajás	1.348,78	1.856,56	300,00	7.000,00
Marabá	736,97	680,34	0,00	4.000,00
Ourilândia do Norte	442,15	248,48	200,00	1.000,00
Parauapebas	1.006,14	1.081,33	50,00	5.000,00
São Félix do Xingu	697,52	406,03	200,00	1.500,00
Tucumã	1.126,53	1.124,72	0,00	3.000,00
Xinguara	900,00	1.062,27	100,00	4.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Tabela 18 - Trabalhadores do Grupo 3 – rendimento domiciliar *per capita* – Pará, municípios selecionados, 2010

Município	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Canaã dos Carajás	844,32	974,46	200,00	3500,00
Marabá	597,39	530,28	71,18	2875,00
Ourilândia do Norte	333,95	236,91	95,00	785,00
Parauapebas	771,25	794,78	100,00	3000,00
São Félix do Xingu	494,85	383,32	120,00	1147,50
Tucumã	743,79	594,14	149,55	1750,00
Xinguara	561,76	442,45	66,00	1600,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Síntese das informações

Acredita-se que o conjunto de informações aqui apresentado traz subsídios relevantes para a formulação de ações de apoio à economia popular na região em estudo. O Quadro 2 apresenta uma síntese dessas informações. Abaixo, são apresentadas algumas das constatações principais:

- Os três grupos investigados equivalem a aproximadamente 69.000 trabalhadores, ou 11,4% dos ocupados na região em estudo. Este significativo percentual, por si só, já justifica o apoio à economia popular;
- Como esperado, a economia popular nos municípios mais urbanizados gira em torno do comércio em pequena escala (lojas, serviços de alimentação e beleza) e dos ambulantes (de alimentação e outros), enquanto nos municípios com maiores áreas agrícolas, a agricultura familiar predomina, sobretudo associada aos cultivos mistos e à pecuária.
- Percentual significativo dos trabalhadores dos três grupos trabalha no próprio domicílio, o que evidencia a produção vinculada à reprodução familiar. É baixo o percentual de trabalhadores que se deslocam para outro município pelo motivo trabalho;
- A maior parte dos trabalhadores atua por conta própria ou na produção para o próprio consumo. O elevado percentual de trabalhadores sem carteira evidencia ainda a associação entre economia popular e informalidade, na região;

- O perfil de escolaridade é ruim nos três grupos, o que fica claro nos baixos percentuais de trabalhadores que concluíram o Ensino Fundamental. O que constitui um dos principais gargalos à expansão da economia dos setores populares;
- Foram identificadas grandes desigualdades salariais dentro dos grupos, o que evidencia, provavelmente, disparidades significativas no que toca à organização produtiva, acesso ao crédito e assistência técnica, entre outros;
- As características migratórias são de suma importância para a compreensão da organização sociocultural dos trabalhadores, devendo ser investigadas de modo mais acurado para a elaboração de ações de apoio à economia popular na região.

Estudos futuros podem contemplar análises setoriais específicas, enfatizando os gargalos ao desenvolvimento da economia dos setores populares nos diversos municípios, possibilidades de arranjos institucionais e de articulação entre grupos de trabalhadores e produtores.

Quadro 2 - Síntese dos grupos

Grupo	Nº de trabalhadores	Ocupações predominantes (GBs)	Municípios de maior predominância	Situação do domicílio	Local de trabalho	Posição na ocupação predominante	Gênero	Escolaridade predominante	UF de nascimento	Rendimento monetário	Participação em prog. sociais (BF e/ou PETI)
Grupo 1 – agricultura familiar e pesca	37.154 (6,12% dos ocupados)	Agríc. e trab. qualificados de cultivos mistos (30,7%); Trab. elementares da agric. (16,3%); Criadores de gado e trab. qualificados da criação de gado (13,1%)	São Félix do Xingu (13,6%); Tucumã (12,8%); Ourilandia do Norte (7,9%); Canaã dos Carajás (7,0%)	Rural (74,4%)	Próprio domicílio (64,3%); Mesmo município fora do domicílio (31,8%)	Conta própria (40,2%); Trabalhadores na produção para o próprio consumo (33,4%)	Masculino (76,8%)	Sem instrução e fundamental incompleto (79,5%); Fundamental completo e médio incompleto (14,68%)	Pará (42,7%); Maranhão (20%); Goiás (11,2%)	Grande desigualdade; Médias abaixo do salário mínimo vigente; Altos desvio-padrão	4,7%
Grupo 2 – comércio em pequena escala	30.316 (5% dos ocupados)	Balconistas e vendedores de lojas (32%); Comerciantes de lojas (24,6%); Cozinheiros (9,3%); Garçons (6,2%)	Xinguara (5,7%); Marabá (5,5%); Tucumã (5,2%); Parauapebas (5,1%)	Urbano (92,1%)	Próprio domicílio (34,5%); Mesmo município fora do domicílio (64%)	Conta própria (41,1%); Empregados com carteira (32,4%); Empregados sem carteira (22,9%)	Feminino (61,3%)	Sem instrução e fundamental incompleto (35,7%); Fund.completo e médio incompleto (25,4%); Médio completo e superior incompleto (36,5%)	Pará (47,2%); Maranhão (26,5%); Goiás (6,4%)	Menor desigualdade entre os 3 Grupos; Médias acima do salário mínimo vigente; Desvios-padrão altos	5,8%
Grupo 3 – trabalhadores ambulantes	1.940 (0,32% dos ocupados)	Vendedores ambulantes (exclui-se de serviços de alimentação) (78,4%); Vendedores ambulantes de serviços de	Canaã dos Carajás (0,46%); Marabá (0,46%)	Urbano (96%)	Próprio domicílio (44,1%); Mesmo município fora do domicílio (53,8%)	Conta própria (96%); Não remunerados (4%)	Feminino (55,7%)	Sem instrução e fundamental incompleto (60%); Fundamental completo e médio incompleto (19,9%); Médio completo	Pará (34,9%); Maranhão (32,2%); Goiás (94%)	Desigualdade varia entre municípios; Maiores médias salariais; Desvios-padrão altos	4,6%

Considerações finais

Como descrito nas Seções I e II, a produção da economia popular e solidária na região amazônica, embora apresente elevado potencial de geração de renda, por seu caráter intensivo em trabalho e de preservação do ambiente natural, padece das mesmas dificuldades e gargalos verificados em outras regiões do país: baixa qualificação em geral, dificuldades para captação de crédito, ausência de apoio técnico e de articulação com escolas técnicas e universidades, entre outros. Ademais, esta produção apresenta poucos vínculos no nível local e regional, quase sempre dependendo de insumos vindos de fora do estado, o que encarece os produtos e impede a formação de cadeias produtivas locais. Alguns setores de grande potencial, como o turístico, de fitoterápicos, reciclagem e extrativismo florestal de produtos não madeireiros são praticamente inexistentes no sul e sudeste paraense.

A articulação entre o circuito superior e o inferior é ainda muito fraca, ou praticamente inexistente; entretanto, o crescimento recente do circuito superior abre possibilidades para um fortalecimento do circuito inferior, tendo como exemplos maiores a demanda por alimentos e por serviços produtivos e pessoais. Observa-se também que esse potencial de articulação não se realiza por falta de apoio institucional e de mediação entre os dois setores. Existe grande espaço para inovação e coordenação de ações entre os dois setores, implicando o envolvimento dos diversos atores e rompendo com a relativa acomodação na linha de ação de grandes produtores, que utilizam grandes fornecedores distantes; faltam também referências e/ou repertório para os atores nos dois circuitos e nas possíveis mediações, para promover as sinergias necessárias. Em boa parte dos casos, demandas específicas de apoio técnico são claramente definidas pelos próprios trabalhadores e grupos entrevistados.

A desarticulação ou a simples vacância de elos inteiros das cadeias produtivas contrastam com o crescimento do sistema econômico regional. Essa realidade configura ao mesmo tempo um empecilho e uma oportunidade econômica de monta. Naqueles setores mais amigáveis à atuação de *agentes pequenos*, o crescimento de ações de natureza cooperativa, que contribuam para superar o baixo nível de organização e capacidade de ação em ambiente de mercado capitalista, pode ser mais facilmente desenvolvido.

Conclui-se que o apoio a essas iniciativas possui grandes efeitos potenciais, em termos de geração de trabalho e renda, sobretudo para a população não inserida nos grandes investimentos minerários previstos e em implantação na região.

Referências

ALENCAR, A. A. C.; MOUTINHO, P. R. Aspectos ambientais das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: CGEE, 2011.

ALLEGRETTI, M. Gestão comunitária da Floresta Amazônica. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: CGEE, 2011.

ALMEIDA, O.; MCGRATH, D., RUFFINO, M., RIVERO, S. Estrutura, dinâmica e economia da pesca comercial do baixo Amazonas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 175-194, dez. 2009.

ANDRADE, L. C.; PORTELA, R. S.; FERRÃO, E. S.; SOUZA, A. L.; REIS, A. A. Adoção de Novos Paradigmas na Organização e Gestão de Empreendimentos Solidários: um estudo sobre o processo produtivo do açaí através das associações e cooperativas no Território Rural do Baixo Tocantins – Pará – Brasil. *Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 2008.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. K. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: CGEE, 2009.

BECKER, B. K. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B.. (Org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2005.

CANDIDO, S. E. A. *Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: CGEE, 2011.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 91-133.

- CORAGGIO, J. L. *Economia Urbana: La Perspectiva Popular*. Quito: Instituto Fronesis, 1994.
- CORAGGIO, José Luís. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? *Proposta*, ano 30, n. 98, setembro/ novembro, 2008, p. 12-20.
- COSTA, F. de A. Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – As Possibilidades do Conceito na Constituição de um Sistema de Planejamento para a Amazônia. *Revista Brasileira de Inovação*, 5(1), jan-jun. 2006.
- COSTA, F. de A. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: CGEE, 2009.
- COSTA, F. de A. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém, NAEA, Coleção Economia Política da Amazônia, 2012.
- COSTA, F. de A. *Formação rural extravista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 - 1970)*. Belém, NAEA, Coleção Economia Política da Amazônia, 2012b.
- COSTA, F. de A. *Grande Capital e Agricultura na Amazônia: O projeto Ford no Tapajós*. Belém, NAEA, Coleção Economia Política da Amazônia, 2012a.
- COSTA, F. de A. Questão Agrária e Macropolíticas na Amazônia: novos momentos, grandes desafios. *Revista do Centro de Estudos Avançados*, n. 53, jan.-mar. 2005.
- COSTA, F. de A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. *Revista Brasileira de Inovação*, 8(1), jan-jun. 2009.
- CRAICE, C.; SOUZA, M. F. S. Entre minérios e rios: Notas sobre urbanização, migração e consumo no Sudeste do Pará. *Anais do XV ENANPUR*. Recife, 2013.
- FIGUEIRAS, G. C.; HERRERA, J. A. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006. *Cadernos Cepec*, v.1, n. 7, jun. 2012.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.
- FURTADO, C. *Economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Editora Contraponto, 2009.
- HERRERA, J. A.; OLIVEIRA, R. B. Apropriação dos Recursos Naturais na Amazônia: consequência de um país subdesenvolvido. *Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Francisco Beltrão: Unioeste/Geterr, 2010.
- HOMMA, A. K. O. Agricultura familiar na Amazônia: a modernização da agricultura itinerante. In: SOUSA, I.S.F. (Ed.). *Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 37-60. 434p.
- HOMMA, A. K. O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? *Estudos Avançados*, 19 (54), 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Projeto UrbisAmazônia: Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O Urbano Extensivo e os Circuitos da*

Economia: O Papel das Redes na Construção dos Lugares e na Configuração Multi-escala do Urbano Amazônico. Apontamentos para um Diálogo com as Políticas Públicas Climáticas e Ambientais para a Região. São José dos Campos: INPE, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Projeto UrbisAmazônia: Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O Urbano Extensivo e os Circuitos da Economia: O Papel das Redes na Construção dos Lugares e na Configuração Multi-escala do Urbano Amazônico. *1º Relatório de Acompanhamento de Projeto*. Período:01/01/2012 a 30/09/2012. São José dos Campos: INPE, 2012.

JACOBS, J. *The economy of cities*. New York: Random House Inc., 1970.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15-38.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MATTOS, L.; FALEIRO, A.; PEREIRA, C. Uma proposta alternativa para o desenvolvimento da produção familiar rural da Amazônia: o caso do Proambiente. In: *IV Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)*, 2001.

MENEZES, M. Aspectos socioeconômicos do extrativismo. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: CGEE, 2011.

MONTE-MÓR, R. L. M. Formas e processos urbanos nas Reservas Extrativistas da Amazônia. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: CGEE, 2011.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al.(Eds.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 169-181, 1994.

POLANYI, K. [1944] *A grande transformação: origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. *Ciência Hoje*, v. 25, n. 147, p. 65-65, 1999.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, H.; DINIZ, S. C.; FERREIRA, V. C. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. *Anais do XV ENANPUR*. Recife, 2013.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

SINGER, P. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Proposta*, ano 26, n. 72, março/ maio, 1997, p. 6-13.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERARDO, L. Economia solidária e autogestão. *Proposta*, ano 30, n. 98, setembro/novembro, 2003, p.56.

WITOSKI, A. C. *Terras, florestas e águas de trabalho: camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora UFAM, 2007.

Anexo – Lista completa das categorias da Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD 2010 – IBGE

Obs.: os itens ressaltados correspondem aos utilizados na Tipologia construída: laranja (Grupo 1); verde (Grupo 2); amarelo (Grupo 3).

CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES PARA PESQUISAS DOMICILIARES - COD	
Código	Titulação
1	DIRETORES E GERENTES
11	DIRETORES EXECUTIVOS, DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MEMBROS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO
111	MEMBROS SUPERIORES DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO
1111	LEGISLADORES
1112	DIRIGENTES SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1113	CHEFES DE PEQUENAS POPULAÇÕES
1114	DIRIGENTES DE ORGANIZAÇÕES QUE APRESENTAM UM INTERESSE ESPECIAL
112	DIRETORES GERAIS E GERENTES GERAIS
1120	DIRETORES GERAIS E GERENTES GERAIS
12	DIRIGENTES ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS
121	DIRIGENTES DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS
1211	DIRIGENTES FINANCEIROS
1212	DIRIGENTES DE RECURSOS HUMANOS
1213	DIRIGENTES DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO
1219	DIRIGENTES DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
122	DIRIGENTES DE VENDAS, COMERCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
1221	DIRIGENTES DE VENDAS E COMERCIALIZAÇÃO
1222	DIRIGENTES DE PUBLICIDADE E RELAÇÕES PÚBLICAS
1223	DIRIGENTES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
13	DIRIGENTES E GERENTES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO
131	DIRIGENTES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, AQUICULTURA E PESCA
1311	DIRIGENTES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA
1312	DIRIGENTES DE PRODUÇÃO DA AQUICULTURA E PESCA
132	DIRIGENTES DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, MINERAÇÃO, CONSTRUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
1321	DIRIGENTES DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1322	DIRIGENTES DE EXPLORAÇÕES DE MINERAÇÃO
1323	DIRIGENTES DE EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO
1324	DIRIGENTES DE EMPRESAS DE ABASTECIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E AFINS
133	DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
1330	DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
134	DIRIGENTES E GERENTES DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

1341 DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE CUIDADOS INFANTIS
1342 DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE SAÚDE
1343 DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE CUIDADO A PESSOAS IDOSAS
1344 DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE BEM-ESTAR SOCIAL
1345 DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
1346 GERENTES DE SUCURSAIS DE BANCOS, DE SERVIÇOS FINANCEIROS E DE SEGUROS
1349 DIRIGENTES E GERENTES DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

14 **GERENTES DE HOTÉIS, RESTAURANTES, COMÉRCIOS E OUTROS SERVIÇOS**

141 **GERENTES DE HOTÉIS E RESTAURANTES**

1411 GERENTES DE HOTÉIS

1412 GERENTES DE RESTAURANTES

142 **GERENTES DE COMÉRCIOS ATACADISTAS E VAREJISTAS**

1420 GERENTES DE COMÉRCIOS ATACADISTAS E VAREJISTAS

143 **OUTROS GERENTES DE SERVIÇOS**

1431 GERENTES DE CENTROS ESPORTIVOS, DE DIVERSÃO E CULTURAIS

1439 GERENTES DE SERVIÇOS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

2 **PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E INTELCTUAIS**

21 **PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DA ENGENHARIA**

211 **FÍSICOS, QUÍMICOS E AFINS**

2111 FÍSICOS E ASTRÔNOMOS

2112 METEOROLOGISTAS

2113 QUÍMICOS

2114 GEÓLOGOS E GEOFÍSICOS

212 **MATEMÁTICOS, ATUÁRIOS E ESTATÍSTICOS**

2120 MATEMÁTICOS, ATUÁRIOS E ESTATÍSTICOS

213 **PROFISSIONAIS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

2131 BIÓLOGOS, BOTÂNICOS, ZOÓLOGOS E AFINS

2132 AGRÔNOMOS E AFINS

2133 PROFISSIONAIS DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

214 **ENGENHEIROS (EXCLUSIVE ELETROTECNÓLOGOS)**

2141 ENGENHEIROS INDUSTRIAIS E DE PRODUÇÃO

2142 ENGENHEIROS CIVIS

2143 ENGENHEIROS DE MEIO AMBIENTE

2144 ENGENHEIROS MECÂNICOS

2145 ENGENHEIROS QUÍMICOS

2146 ENGENHEIROS DE MINAS, METALÚRGICOS E AFINS

2149 ENGENHEIROS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

- 215 [ENGENHEIROS ELETROTÉCNICOS](#)
- 2151 ENGENHEIROS ELETRICISTAS
- 2152 ENGENHEIROS ELETRÔNICOS
- 2153 ENGENHEIROS EM TELECOMUNICAÇÕES

- 216 [ARQUITETOS, URBANISTAS, AGRIMENSORES E DESENHISTAS](#)
- 2161 ARQUITETOS DE EDIFICAÇÕES
- 2162 ARQUITETOS PAISAGISTAS
- 2163 DESENHISTAS DE PRODUTOS E VESTUÁRIO
- 2164 URBANISTAS E ENGENHEIROS DE TRÂNSITO
- 2165 CARTÓGRAFOS E AGRIMENSORES
- 2166 DESENHISTAS GRÁFICOS E DE MULTIMÍDIA

- 22 [PROFISSIONAIS DA SAÚDE](#)
- 221 [MÉDICOS](#)
- 2211 MÉDICOS GERAIS
- 2212 MÉDICOS ESPECIALISTAS

- 222 [PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E PARTOS](#)
- 2221 PROFISSIOANIS DE ENFERMAGEM
- 2222 PROFISSIOANIS DE PARTOS

- 223 [PROFISSIONAIS DA MEDICINA TRADICIONAL E ALTERNATIVA](#)
- 2230 PROFISSIOANIS DA MEDICINA TRADICIONAL E ALTERNATIVA

- 224 [PARAMÉDICOS](#)
- 2240 PARAMÉDICOS

- 225 [VETERINÁRIOS](#)
- 2250 VETERINÁRIOS

- 226 [OUTROS PROFISSIOANIS DA SAÚDE](#)
- 2261 DENTISTAS
- 2262 FARMACÊUTICOS
- 2263 PROFISSIOANIS DA SAÚDE E DA HIGIENE LABORAL E AMBIENTAL
- 2264 FISIOTERAPEUTAS
- 2265 DIETISTAS E NUTRICIONISTAS
- 2266 FONOAUDIÓLOGOS
- 2267 OPTOMETRISTAS
- 2269 PROFISSIOANIS DA SAÚDE NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

- 23 [PROFISSIONAIS DO ENSINO](#)
- 231 [PROFESSORES DE UNIVERSIDADES E DO ENSINO SUPERIOR](#)

- 2310 PROFESSORES DE UNIVERSIDADES E DO ENSINO SUPERIOR
- 232 [PROFESSORES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL](#)
- 2320 PROFESSORES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
- 233 [PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO](#)
- 2330 PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO
- 234 [PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLAR](#)
- 2341 PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2342 PROFESSORES DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR
- 235 [OUTROS PROFISSIONAIS DO ENSINO](#)
- 2351 ESPECIALISTAS EM MÉTODOS PEDAGÓGICOS
- 2352 EDUCADORES PARA NECESSIDADES ESPECIAIS
- 2353 OUTROS PROFESSORES DE IDIOMAS
- 2354 OUTROS PROFESSORES DE MÚSICA
- 2355 OUTROS PROFESSORES DE ARTES
- 2356 INSTRUTORES EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
- 2359 PROFISSIONAIS DE ENSINO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 24 [ESPECIALISTAS EM ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS](#)
- 241 [ESPECIALISTAS EM FINANÇAS](#)
- 2411 CONTADORES
- 2412 ASSESSORES FINANCEIROS E EM INVESTIMENTOS
- 2413 ANALISTAS FINANCEIROS
- 242 [ESPECIALISTAS EM ORGANIZAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO](#)
- 2421 ANALISTAS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
- 2422 ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO
- 2423 ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS E SERVIÇOS DE PESSOAL E AFINS
- 2424 ESPECIALISTAS EM FORMAÇÃO DE PESSOAL
- 243 [PROFISSIONAIS DE VENDAS, COMERCIALIZAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS](#)
- 2431 PROFISSIONAIS DA PUBLICIDADE E DA COMERCIALIZAÇÃO
- 2432 PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS
- 2433 PROFISSIONAIS DE VENDAS TÉCNICAS E MÉDICAS (EXCLUSIVE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES)
- 2434 PROFISSIONAIS DE VENDAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
- 25 [PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES](#)
- 251 [DESENVOLVEDORES E ANALISTAS DE PROGRAMAS E APLICATIVOS \(SOFTWARE\) E MULTIMÍDIA](#)
- 2511 ANALISTAS DE SISTEMAS
- 2512 DESENVOLVEDORES DE PROGRAMAS E APLICATIVOS (SOFTWARE)
- 2513 DESENVOLVEDORES DE PÁGINAS DE INTERNET (WEB) E MULTIMÍDIA

- 2514 PROGRAMADORES DE APLICAÇÕES
- 2519 DESENVOLVEDORES E ANALISTAS DE PROGRAMAS E APLICATIVOS (*SOFTWARE*) E MULTIMÍDIA NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 252 **ESPECIALISTAS EM BASE DE DADOS E EM REDES DE COMPUTADORES**
- 2521 DESENHISTAS E ADMINISTRADORES DE BASES DE DADOS
- 2522 ADMINISTRADORES DE SISTEMAS
- 2523 PROFISSIONAIS EM REDE DE COMPUTADORES
- 2529 ESPECIALISTAS EM BASE DE DADOS E EM REDES DE COMPUTADORES NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 26 **PROFISSIONAIS EM DIREITO, EM CIÊNCIAS SOCIAIS E CULTURAIS**
- 261 **PROFISSIONAIS EM DIREITO**
- 2611 ADVOGADOS E JURISTAS
- 2612 JUÍZES
- 2619 PROFISSIONAIS EM DIREITO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 262 **ARQUIVOLOGISTAS, CURADORES DE MUSEUS, BIBLIOTECÁRIOS E AFINS**
- 2621 ARQUIVOLOGISTAS E CURADORES DE MUSEUS
- 2622 BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTARISTAS E AFINS
- 263 **ESPECIALISTAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS E TEOLOGIA**
- 2631 ECONOMISTAS
- 2632 SOCIÓLOGOS, ANTROPÓLOGOS E AFINS
- 2633 FILÓSOFOS, HISTORIADORES E ESPECIALISTAS EM CIÊNCIA POLÍTICA
- 2634 PSICÓLOGOS
- 2635 ASSISTENTES SOCIAIS
- 2636 MINISTROS DE CULTOS RELIGIOSOS, MISSIONÁRIOS E AFINS
- 264 **ESCRITORES, JORNALISTAS E LINGUISTAS**
- 2641 ESCRITORES
- 2642 JORNALISTAS
- 2643 TRADUTORES, INTÉRPRETES E LINGUISTAS
- 265 **ARTISTAS CRIATIVOS E INTERPRETATIVOS**
- 2651 ARTISTAS PLÁSTICOS
- 2652 MÚSICOS, CANTORES E COMPOSITORES
- 2653 BAILARINOS E COREÓGRAFOS
- 2654 DIRETORES DE CINEMA, DE TEATRO E AFINS
- 2655 ATORES
- 2656 LOCUTORES DE RÁDIO, TELEVISÃO E OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
- 2659 ARTISTAS CRIATIVOS E INTERPRETATIVOS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 3 **TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO**
- 31 **PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DAS CIÊNCIAS E DA ENGENHARIA**
- 311 **TÉCNICOS EM CIÊNCIAS FÍSICAS E DA ENGENHARIA**

- 3111 TÉCNICOS EM CIÊNCIAS FÍSICAS E QUÍMICAS
- 3112 TÉCNICOS EM ENGENHARIA CIVIL
- 3113 ELETROTÉCNICOS
- 3114 TÉCNICOS EM ELETRÔNICA
- 3115 TÉCNICOS EM ENGENHARIA MECÂNICA
- 3116 TÉCNICOS EM QUÍMICA INDUSTRIAL
- 3117 TÉCNICOS EM ENGENHARIA DE MINAS E METALURGIA
- 3118 DESENHISTAS E PROJETISTAS TÉCNICOS
- 3119 TÉCNICOS EM CIÊNCIAS FÍSICAS E DA ENGENHARIA NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

- 312 SUPERVISORES EM ENGENHARIA DE MINAS, DE INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO
- 3121 SUPERVISORES DA MINERAÇÃO
- 3122 SUPERVISORES DE INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
- 3123 SUPERVISORES DA CONSTRUÇÃO

- 313 TÉCNICOS EM CONTROLE DE PROCESSOS
- 3131 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA
- 3132 OPERADORES DE INCINERADORES, INSTALAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E AFINS
- 3133 CONTROLADORES DE INSTALAÇÕES DE PROCESSAMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS
- 3134 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE REFINO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
- 3135 CONTROLADORES DE PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE METAIS
- 3139 TÉCNICOS EM CONTROLE DE PROCESSOS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

- 314 TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AFINS
- 3141 TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (EXCLUSIVE DA MEDICINA)
- 3142 TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS
- 3143 TÉCNICOS FLORESTAIS

- 315 TÉCNICOS E CONTROLADORES DA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E AERONÁUTICA
- 3151 OFICIAIS MAQUINISTAS EM NAVEGAÇÃO
- 3152 CAPITÃES, OFICIAIS DE COBERTA E PRÁTICOS
- 3153 PILOTOS DE AVIAÇÃO E AFINS
- 3154 CONTROLADORES DE TRÁFEGO AÉREO
- 3155 TÉCNICOS EM SEGURANÇA AERONÁUTICA

- 32 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DA SAÚDE E AFINS
- 321 TÉCNICOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS
- 3211 TÉCNICOS EM APARELHOS DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO MÉDICO
- 3212 TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS MÉDICOS
- 3213 TÉCNICOS E ASSISTENTES FARMACÊUTICOS
- 3214 TÉCNICOS DE PRÓTESES MÉDICAS E DENTÁRIAS

- 322 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE ENFERMAGEM E PARTOS
- 3221 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE ENFERMAGEM

3222 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE PARTOS

323 [PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE MEDICINA TRADICIONAL E ALTERNATIVA](#)

3230 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE MEDICINA TRADICIONAL E ALTERNATIVA

324 [TÉCNICOS E ASSISTENTES VETERINÁRIOS](#)

3240 TÉCNICOS E ASSISTENTES VETERINÁRIOS

325 [OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DA SAÚDE](#)

3251 DENTISTAS AUXILIARES E AJUDANTES DE ODONTOLOGIA

3252 TÉCNICOS EM DOCUMENTAÇÃO SANITÁRIA

3253 TRABALHADORES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE

3254 TÉCNICOS EM OPTOMETRIA E ÓPTICOS

3255 TÉCNICOS E ASSISTENTES FISIOTERAPEUTAS

3256 ASSISTENTES DE MEDICINA

3257 INSPETORES DE SAÚDE LABORAL, AMBIENTAL E AFINS

3258 AJUDANTES DE AMBULÂNCIAS

3259 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DA SAÚDE NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

33 [PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS E ADMINISTRATIVAS](#)

331 [PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO EM FINANÇAS E MATEMÁTICA](#)

3311 AGENTES E CORRETORES DE BOLSA, CÂMBIO E OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS

3312 AGENTES DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO

3313 CONTABILISTAS E GUARDA LIVROS

3314 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE SERVIÇOS ESTATÍSTICOS, MATEMÁTICOS E AFINS

3315 AVALIADORES

332 [AGENTES E CORRETORES COMERCIAIS](#)

3321 AGENTES DE SEGUROS

3322 REPRESENTANTES COMERCIAIS

3323 AGENTES DE COMPRAS

3324 CORRETORES DE COMERCIALIZAÇÃO

333 [AGENTES DE SERVIÇOS COMERCIAIS](#)

3331 DESPACHANTES ADUANEIROS

3332 ORGANIZADORES DE CONFERÊNCIAS E EVENTOS

3333 AGENTES DE EMPREGO E AGENCIADORES DE MÃO DE OBRA

3334 AGENTES IMOBILIÁRIOS

3339 AGENTES DE SERVIÇOS COMERCIAIS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

334 [SECRETÁRIOS ADMINISTRATIVOS E ESPECIALIZADOS](#)

3341 SUPERVISORES DE SECRETARIA

3342 SECRETÁRIOS JURÍDICOS

3343 SECRETÁRIOS EXECUTIVOS E ADMINISTRATIVOS

- 3344 SECRETÁRIOS DE MEDICINA
- 335 AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA APLICAÇÃO DA LEI E AFINS
- 3351 AGENTES ADUANEIROS E INSPETORES DE FRONTEIRAS
- 3352 AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
- 3353 AGENTES DE SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL
- 3354 AGENTES DE SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO DE LICENÇAS E PERMISSÕES
- 3355 INSPETORES DE POLÍCIA E DETETIVES
- 3359 AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA APLICAÇÃO DA LEI E AFINS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 34 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE SERVIÇOS JURÍDICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AFINS
- 341 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE SERVIÇOS JURÍDICOS, SOCIAIS E RELIGIOSOS
- 3411 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DO DIREITO E SERVIÇOS LEGAIS E AFINS
- 3412 TRABALHADORES E ASSISTENTES SOCIAIS DE NÍVEL MÉDIO
- 3413 AUXILIARES LEIGOS DE RELIGIÃO
- 342 TRABALHADORES DO ESPORTE E CONDICIONAMENTO FÍSICO
- 3421 ATLETAS E ESPORTISTAS
- 3422 TREINADORES, INSTRUTORES E ÁRBITROS DE ATIVIDADES ESPORTIVAS
- 3423 INSTRUTORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES RECREATIVAS
- 343 PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO EM ATIVIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E CULINÁRIAS
- 3431 FOTÓGRAFOS
- 3432 DESENHISTAS E DECORADORES DE INTERIORES
- 3433 TÉCNICOS EM GALERIAS DE ARTE, MUSEUS E BIBLIOTECAS
- 3434 CHEFES DE COZINHA
- 3435 OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO EM ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS
- 35 TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES
- 351 TÉCNICOS EM OPERAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES E ASSISTÊNCIA AO USUÁRIO
- 3511 TÉCNICOS EM OPERAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES
- 3512 TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA AO USUÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES
- 3513 TÉCNICOS DE REDES E SISTEMAS DE COMPUTADORES
- 3514 TÉCNICOS DA WEB
- 352 TÉCNICOS EM TELECOMUNICAÇÕES E RADIODIFUSÃO
- 3521 TÉCNICOS DE RADIODIFUSÃO E GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL
- 3522 TÉCNICOS DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
- 4 TRABALHADORES DE APOIO ADMINISTRATIVO
- 41 ESCRITURÁRIOS
- 411 ESCRITURÁRIOS GERAIS
- 4110 ESCRITURÁRIOS GERAIS

412 SECRETÁRIOS (GERAL)
4120 SECRETÁRIOS (GERAL)

413 OPERADORES DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO
4131 OPERADORES DE MÁQUINAS DE PROCESSAMENTO DE TEXTO E MECANÓGRAFOS
4132 OPERADORES DE ENTRADA DE DADOS

42 TRABALHADORES DE ATENDIMENTO DIRETO AO PÚBLICO
421 CAIXAS DE BANCO, COBRADORES, PAGADORES E AFINS
4211 CAIXAS DE BANCO E AFINS
4212 COLETORES DE APOSTAS E DE JOGOS
4213 TRABALHADORES EM ESCRITÓRIOS DE EMPRÉSTIMOS E PENHOR
4214 COBRADORES E AFINS

422 TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO AO CLIENTE
4221 TRABALHADORES DE AGÊNCIAS DE VIAGEM
4222 TRABALHADORES DE CENTRAIS DE ATENDIMENTO
4223 TELEFONISTAS
4224 RECEPCIONISTAS DE HOTÉIS
4225 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES
4226 RECEPCIONISTAS EM GERAL
4227 ENTREVISTADORES DE PESQUISAS DE MERCADO
4229 TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO AO CLIENTE NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

43 TRABALHADORES DE CÁLCULOS NUMÉRICOS E ENCARREGADOS DO REGISTRO DE MATERIAIS
431 AUXILIARES CONTÁBEIS E FINANCEIROS
4311 TRABALHADORES DE CONTABILIDADE E CÁLCULO DE CUSTOS
4312 TRABALHADORES DE SERVIÇOS ESTATÍSTICOS, FINANCEIROS E DE SEGUROS
4313 TRABALHADORES ENCARREGADOS DE FOLHA DE PAGAMENTO

432 TRABALHADORES ENCARREGADOS DE REGISTROS DE MATERIAIS E DE TRANSPORTES
4321 TRABALHADORES DE CONTROLE DE ABASTECIMENTO E ESTOQUES
4322 TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO
4323 TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

44 OUTROS TRABALHADORES DE APOIO ADMINISTRATIVO
441 OUTROS TRABALHADORES DE APOIO ADMINISTRATIVO
4411 TRABALHADORES DE BIBLIOTECAS
4412 TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE CORREIOS
4413 CODIFICADORES DE DADOS, REVISORES DE PROVAS DE IMPRESSÃO E AFINS
4414 OUTROS ESCRIVENTES
4415 TRABALHADORES DE ARQUIVOS
4416 TRABALHADORES DO SERVIÇO DE PESSOAL
4419 TRABALHADORES DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

5	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DOS COMÉRCIOS E MERCADOS
51	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS PESSOAIS
511	TRABALHADORES DO SERVIÇO DIRETO AOS PASSAGEIROS
5111	AUXILIARES DE SERVIÇO DE BORDO
5112	FISCAIS E COBRADORES DE TRANSPORTES PÚBLICOS
5113	GUIAS DE TURISMO
512	COZINHEIROS
5120	COZINHEIROS
513	GARÇONS E ATENDENTES DE BAR
5131	GARÇONS
5132	ATENDENTES DE BAR
514	CABELEIREIROS, ESPECIALISTAS EM TRATAMENTO DE BELEZA E AFINS
5141	CABELEIREIROS
5142	ESPECIALISTAS EM TRATAMENTO DE BELEZA E AFINS
515	SUPERVISORES DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE EDIFÍCIOS
5151	SUPERVISORES DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE EDIFÍCIOS EM ESCRITÓRIOS, HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS
5152	GOVERNANTAS E MORDOMOS DOMÉSTICOS
5153	PORTEIROS E ZELADORES
516	OUTROS TRABALHADORES DE SERVIÇOS PESSOAIS
5161	ASTRÓLOGOS, ADIVINHOS E AFINS
5162	ACOMPANHANTES E CRIADOS PARTICULARES
5163	TRABALHADORES DE FUNERÁRIAS E EMBALSAMADORES
5164	CUIDADORES DE ANIMAIS
5165	INSTRUTORES DE AUTOESCOLA
5168	TRABALHADORES DO SEXO
5169	TRABALHADORES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
52	VENDEDORES
521	VENDEDORES DE RUA E POSTOS DE MERCADO
5211	VENDEDORES DE QUIOSQUES E POSTOS DE MERCADOS
5212	VENDEDORES AMBULANTES DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO
522	COMERCIANTES E VENDEDORES DE LOJAS
5221	COMERCIANTES DE LOJAS
5222	SUPERVISORES DE LOJAS
5223	BALCONISTAS E VENDEDORES DE LOJAS
523	CAIXAS E EXPEDIDORES DE BILHETES

5230	CAIXAS E EXPEDIDORES DE BILHETES
524	OUTROS VENDEDORES
5241	MODELOS DE MODA, ARTE E PUBLICIDADE
5242	DEMONSTRADORES DE LOJAS
5243	VENDEDORES A DOMICILIO
5244	VENDEDORES POR TELEFONE
5245	FRENTISTAS DE POSTO DE GASOLINA
5246	BALCONISTAS DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO
5249	VENDEDORES NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

53	TRABALHADORES DOS CUIDADOS PESSOAIS
531	CUIDADORES DE CRIANÇAS E AJUDANTES DE PROFESSORES
5311	CUIDADORES DE CRIANÇAS
5312	AJUDANTES DE PROFESSORES
532	TRABALHADORES DE CUIDADOS PESSOAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE
5321	TRABALHADORES DE CUIDADOS PESSOAIS EM INSTITUIÇÕES
5322	TRABALHADORES DE CUIDADOS PESSOAIS A DOMICÍLIOS
5329	TRABALHADORES DE CUIDADOS PESSOAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

54	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA
541	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA
5411	BOMBEIROS
5412	POLICIAIS
5413	GUARDIÕES DE PRESÍDIOS
5414	GUARDAS DE SEGURANÇA
5419	TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

6	TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AGROPECUÁRIA, FLORESTAIS, DA CAÇA E DA PESCA
61	AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AGROPECUÁRIA
611	AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS EM ATIVIDADES DA AGRICULTURA
6111	AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS EM ATIVIDADES DA AGRICULTURA (EXCLUSIVE HORTAS, VIVEIROS E JARDINS)
6112	AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS NO CULTIVO DE HORTAS, VIVEIROS E JARDINS
6114	AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DE CULTIVOS MISTOS
612	CRIDORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA PECUÁRIA
6121	CRIDORES DE GADO E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA CRIAÇÃO DE GADO
6122	AVICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AVICULTURA
6123	APICULTORES, SERICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA APICULTURA E SERICULTURA
6129	OUTROS CRIDORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA PECUÁRIA NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
613	PRODUTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA MISTA
6130	PRODUTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA MISTA

62 TRABALHADORES FLORESTAIS QUALIFICADOS, PESCADORES E CAÇADORES

621 TRABALHADORES FLORESTAIS QUALIFICADOS E AFINS

6210 TRABALHADORES FLORESTAIS QUALIFICADOS E AFINS

622 PESCADORES E CAÇADORES

6221 TRABALHADORES DA AQUICULTURA

6224 CAÇADORES

6225 PESCADORES

7 TRABALHADORES QUALIFICADOS, OPERÁRIOS E ARTESÃOS DA CONSTRUÇÃO, DAS ARTES MECÂNICAS E OUTROS OFÍCIOS

71 TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO EXCLUSIVE ELETRICISTAS

711 TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM OBRAS ESTRUTURAIS

7111 CONSTRUTORES DE CASAS

7112 PEDREIROS

7113 CANTEIROS, CORTADORES E GRAVADORES DE PEDRAS

7114 TRABALHADORES EM CIMENTO E CONCRETO ARMADO

7115 CARPINTEIROS

7119 OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

712 TRABALHADORES QUALIFICADOS DA CONSTRUÇÃO (ACABAMENTO)

7121 TELHADORES

7122 APLICADORES DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS, PASTILHAS, PEDRAS E MADEIRAS

7123 GESSEIROS

7124 INSTALADORES DE MATERIAL ISOLANTE TÉRMICO E ACÚSTICO

7125 VIDRACEIROS

7126 BOMBEIROS E ENCANADORES

7127 MECÂNICOS-INSTALADORES DE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO

713 PINTORES, LIMPADORES DE FACHADAS E AFINS

7131 PINTORES E EMPAPELADORES

7132 LUSTRADORES

7133 LIMPADORES DE FACHADAS

72 TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DA METALURGIA, DA CONSTRUÇÃO MECÂNICA E AFINS

721 MOLDADORES, SOLDADORES, CHAPISTAS, CALDEIREIROS, MONTADORES DE ESTRUTURAS METÁLICAS E AFINS

7211 MOLDADORES DE METAL E MACHEIROS

7212 SOLDADORES E OXICORTADORES

7213 CHAPISTAS E CALDEIREIROS

7214 MONTADORES DE ESTRUTURAS METÁLICAS

7215 APARELHADORES E EMENDADORES DE CABOS

722 FERREIROS, FERRAMENTEIROS E AFINS

7221 FERREIROS E FORJADORES

7222 FERRAMENTEIROS E AFINS

7223 REGULADORES E OPERADORES DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS

7224 POLIDORES DE METAIS E AFIADORES DE FERRAMENTAS

723 [MECÂNICOS E REPARADORES DE MÁQUINAS](#)

7231 MECÂNICOS E REPARADORES DE VEÍCULOS A MOTOR

7232 MECÂNICOS E REPARADORES DE MOTORES DE AVIÃO

7233 MECÂNICOS E REPARADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS

7234 REPARADORES DE BICICLETAS E AFINS

73 [ARTESÃOS E OPERÁRIOS DAS ARTES GRÁFICAS](#)

731 [ARTESÃOS](#)

7311 MECÂNICOS E REPARADORES DE INSTRUMENTOS DE PRECISÃO

7312 CONFECCIONADORES E AFINADORES DE INSTRUMENTOS MUSICAIS

7313 JOALHEIROS E LAPIDADORES DE GEMAS, ARTESÃOS DE METAIS PRECIOSOS E SEMIPRECIOSOS

7314 CERAMISTAS E AFINS (PREPARAÇÃO E FABRICAÇÃO)

7315 CORTADORES, POLIDORES, JATEADORES E GRAVADORES DE VIDROS E AFINS

7316 REDADORES DE CARTAZES, PINTORES DECORATIVOS E GRAVADORES

7317 ARTESÃOS DE PEDRA, MADEIRA, VIME E MATERIAIS SEMELHANTES

7318 ARTESÃOS DE TECIDOS, COURO E MATERIAIS SEMELHANTES

7319 ARTESÃOS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

732 [TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DAS ARTES GRÁFICAS](#)

7321 TRABALHADORES DA PRÉ-IMPRESSÃO GRÁFICA

7322 IMPRESSORES

7323 ENCADERNADORES E AFINS

74 [TRABALHADORES ESPECIALIZADOS EM ELETRICIDADE E ELETRÔNICA](#)

741 [INSTALADORES E REPARADORES DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS](#)

7411 ELETRICISTAS DE OBRAS E AFINS

7412 MECÂNICOS E AJUSTADORES ELETRICISTAS

7413 INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS ELÉTRICAS

742 [INSTALADORES E REPARADORES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E DE TELECOMUNICAÇÕES](#)

7421 MECÂNICOS E REPARADORES EM ELETRÔNICA

7422 INSTALADORES E REPARADORES EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

75 [OPERÁRIOS E OFICIAIS DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS, DA MADEIRA, DA CONFECCÃO E AFINS](#)

751 [TRABALHADORES QUALIFICADOS DO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E AFINS](#)

7511 MAGAREFES E AFINS

7512 PADEIROS, CONFEITEIROS E AFINS

7513 TRABALHADORES DA PASTEURIZAÇÃO DO LEITE E FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS E AFINS

7514 TRABALHADORES DA CONSERVAÇÃO DE FRUTAS, LEGUMES E SIMILARES

7515 TRABALHADORES DA DEGUSTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

- 7516 TRABALHADORES QUALIFICADOS DA PREPARAÇÃO DO FUMO E SEUS PRODUTOS
- 752 TRABALHADORES QUALIFICADOS DO TRATAMENTO DA MADEIRA, MARCENEIROS E AFINS
- 7521 TRABALHADORES DE TRATAMENTO E PREPARAÇÃO DA MADEIRA
- 7522 MARCENEIROS E AFINS
- 7523 OPERADORES DE MÁQUINAS DE LAVRAR MADEIRA
- 753 TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DA CONFECÇÃO DE ROUPAS, CALÇADOS E ACESSÓRIOS
- 7531 ALFAIATES, MODISTAS, CHAPELEIROS E PELETEIROS
- 7532 TRABALHADORES QUALIFICADOS DA PREPARAÇÃO DA CONFECÇÃO DE ROUPAS
- 7533 COSTUREIROS, BORDADEIROS E AFINS
- 7534 TAPECEIROS, COLCHOEIROS E AFINS
- 7535 TRABALHADORES QUALIFICADOS DO TRATAMENTO DE COUROS E PELES
- 7536 SAPATEIROS E AFINS
- 754 OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA E DO ARTESANATO
- 7541 TRABALHADORES SUBAQUÁTICOS
- 7542 DINAMITADORES E DETONADORES
- 7543 CLASSIFICADORES E PROVADORES DE PRODUTOS (EXCETO DE BEBIDAS E ALIMENTOS)
- 7544 FUMIGADORES E OUTROS CONTROLADORES DE PRAGAS E ERVAS DANINHAS
- 7549 OUTROS TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA E DO ARTESANATO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 8 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS E MONTADORES
- 81 OPERADORES DE INSTALAÇÕES FIXAS E MÁQUINAS
- 811 OPERADORES DE INSTALAÇÕES MINERADORAS E DE EXTRAÇÃO E PROCESSAMENTO DE MINERAIS
- 8111 MINEIROS E OPERADORES DE MÁQUINAS E DE INSTALAÇÕES EM MINAS E PEDREIRAS
- 8112 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE PROCESSAMENTO DE MINERAIS E ROCHAS
- 8113 PERFURADORES E SONDADORES DE POÇOS E AFINS
- 8114 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAR CIMENTO, PEDRAS E OUTROS PRODUTOS MINERAIS
- 812 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE PROCESSAMENTO E RECOBRIDORAS DE METAIS
- 8121 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE PROCESSAMENTO DE METAIS
- 8122 OPERADORES DE MÁQUINAS POLIDORAS, GALVANIZADORAS E RECOBRIDORAS DE METAIS
- 813 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS DE PRODUTOS QUÍMICOS E FOTOGRÁFICOS
- 8131 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS DE PRODUTOS QUÍMICOS
- 8132 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAR PRODUTOS FOTOGRÁFICOS
- 814 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAR PRODUTOS DE BORRACHA, DE PAPEL E DE MATERIAL PLÁSTICO
- 8141 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAR PRODUTOS DE BORRACHA
- 8142 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAR PRODUTOS DE MATERIAL PLÁSTICO
- 8143 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAR PRODUTOS DE PAPEL
- 815 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAR PRODUTOS DE TÊXTEIS E ARTIGOS DE COURO E PELE

- 8151 OPERADORES DE MÁQUINAS DE PREPARAÇÃO DE FIBRAS, FIAÇÃO E BOBINAMENTO DE FIOS
- 8152 OPERADORES DE TEARES E OUTRAS MÁQUINAS DE TECELAGEM
- 8153 OPERADORES DE MÁQUINAS DE COSTURA
- 8154 OPERADORES DE MÁQUINAS DE BRANQUEAMENTO, TINGIMENTO E LIMPEZA DE TECIDOS
- 8155 OPERADORES DE MÁQUINAS DE PROCESSAMENTO DE COUROS E PELES
- 8156 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAÇÃO DE CALÇADOS E AFINS
- 8157 OPERADORES DE MÁQUINAS DE LAVAR, TINGIR E PASSAR ROUPAS
- 8159 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA FABRICAR PRODUTOS TÊXTEIS E ARTIGOS DE COURO E PELE NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 816 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA ELABORAR ALIMENTOS E PRODUTOS AFINS
- 8160 OPERADORES DE MÁQUINAS PARA ELABORAR ALIMENTOS E PRODUTOS AFINS
- 817 OPERADORES DE INSTALAÇÕES PARA A PREPARAÇÃO DE PAPEL E DE PROCESSAMENTO DE MADEIRA
- 8171 OPERADORES DE INSTALAÇÕES PARA A PREPARAÇÃO DE PASTA DE PAPEL E PAPEL
- 8172 OPERADORES DE INSTALAÇÕES PARA PROCESSAMENTO DE MADEIRA
- 818 OUTROS OPERADORES DE INSTALAÇÕES FIXAS E MÁQUINAS
- 8181 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE VIDRARIA E CERÂMICA
- 8182 OPERADORES DE MÁQUINAS DE VAPOR E CALDEIRAS
- 8183 OPERADORES DE MÁQUINAS DE EMBALAGEM, ENGARRAFAMENTO E ETIQUETAGEM
- 8189 OPERADORES DE MÁQUINAS E DE INSTALAÇÕES FIXAS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 82 MONTADORES
- 821 MONTADORES
- 8211 MECÂNICOS MONTADORES DE MAQUINARIA MECÂNICA
- 8212 MONTADORES DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS
- 8219 MONTADORES NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
- 83 CONDUTORES DE VEÍCULOS E OPERADORES DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS PESADOS
- 831 MAQUINISTAS DE LOCOMOTIVAS E AFINS
- 8311 MAQUINISTAS DE LOCOMOTIVAS
- 8312 GUARDA-FREIOS E AGENTES DE MANOBRAS
- 832 CONDUTORES DE AUTOMÓVEIS, CAMINHONETES E MOTOCICLETAS
- 8321 CONDUTORES DE MOTOCICLETAS
- 8322 CONDUTORES DE AUTOMÓVEIS, TAXIS E CAMINHONETES
- 833 CONDUTORES DE CAMINHÕES PESADOS E ÔNIBUS
- 8331 CONDUTORES DE ÔNIBUS E BONDES
- 8332 CONDUTORES DE CAMINHÕES PESADOS
- 834 OPERADORES DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS PESADOS
- 8341 OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS MÓVEIS
- 8342 OPERADORES DE MÁQUINAS DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS E AFINS

8343 OPERADORES DE GUINDASTES, GRUAS, APARATOS DE ELEVAÇÃO E AFINS

8344 OPERADORES DE EMPILHADEIRAS

835 [MARINHEIROS DE COBERTA E AFINS](#)

8350 MARINHEIROS DE COBERTA E AFINS

9 [OCUPAÇÕES ELEMENTARES](#)

91 [TRABALHADORES DOMÉSTICOS E OUTROS TRABALHADORES DE LIMPEZA DE INTERIOR DE EDIFÍCIOS](#)

911 [TRABALHADORES DOMÉSTICOS E OUTROS TRABALHADORES DE LIMPEZA DE INTERIOR DE EDIFÍCIOS](#)

9111 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS EM GERAL

9112 TRABALHADORES DE LIMPEZA DE INTERIOR DE EDIFÍCIOS, ESCRITÓRIOS, HOTÉIS E OUTROS ESTABELECIMENTOS

912 [LAVADORES DE VEÍCULOS, JANELAS, ROUPAS E OUTRAS LIMPEZAS MANUAIS](#)

9121 LAVADEIROS DE ROUPAS E PASSADEIROS MANUAIS

9122 LAVADORES DE VEÍCULOS

9123 LIMPADORES DE JANELAS

9129 OUTROS TRABALHADORES DE LIMPEZA

92 [TRABALHADORES ELEMENTARES DA AGROPECUÁRIA, DA PESCA E FLORESTAIS](#)

921 [TRABALHADORES ELEMENTARES DA AGROPECUÁRIA, DA PESCA E FLORESTAIS](#)

9211 TRABALHADORES ELEMENTARES DA AGRICULTURA

9212 TRABALHADORES ELEMENTARES DA PECUÁRIA

9213 TRABALHADORES ELEMENTARES DA AGROPECUÁRIA

9214 TRABALHADORES ELEMENTARES DA JARDINAGEM E HORTICULTURA

9215 TRABALHADORES FLORESTAIS ELEMENTARES

9216 TRABALHADORES ELEMENTARES DA CAÇA, PESCA E AQUICULTURA

93 [TRABALHADORES ELEMENTARES DA MINERAÇÃO, DA CONSTRUÇÃO, DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DO TRANSPORTE](#)

931 [TRABALHADORES ELEMENTARES DA MINERAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO](#)

9311 TRABALHADORES ELEMENTARES DE MINAS E PEDREIRAS

9312 TRABALHADORES ELEMENTARES DE OBRAS PÚBLICAS E DA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS, REPRESAS E SIMILARES

9313 TRABALHADORES ELEMENTARES DA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

932 [TRABALHADORES ELEMENTARES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO](#)

9321 EMPACOTADORES MANUAIS

9329 TRABALHADORES ELEMENTARES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE

933 [TRABALHADORES ELEMENTARES DO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO](#)

9331 CONDUTORES DE VEÍCULOS ACIONADOS A PEDAL OU A BRAÇOS

9332 CONDUTORES DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DE TRACÇÃO ANIMAL

9333 CARREGADORES

9334 REPOSITORES DE PRATELEIRAS

94 [AJUDANTES DE PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS](#)

941	AJUDANTES DE PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS
9411	PREPARADORES DE COMIDAS RÁPIDAS
9412	AJUDANTES DE COZINHA
95	TRABALHADORES AMBULANTES DOS SERVIÇOS E AFINS
951	TRABALHADORES AMBULANTES DOS SERVIÇOS E AFINS
9510	TRABALHADORES AMBULANTES DOS SERVIÇOS E AFINS
952	VENDEDORES AMBULANTES (EXCLUSIVE DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO)
9520	VENDEDORES AMBULANTES (EXCLUSIVE DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO)
96	COLETORES DE LIXO E OUTRAS OCUPAÇÕES ELEMENTARES
961	COLETORES DE LIXO
9611	COLETORES DE LIXO E MATERIAL RECICLÁVEL
9612	CLASSIFICADORES DE RESÍDUOS
9613	VARREDORES E AFINS
962	OUTRAS OCUPAÇÕES ELEMENTARES
9621	MENSAGEIROS, CARREGADORES DE BAGAGENS E ENTREGADORES DE ENCOMENDAS
9622	PESSOAS QUE REALIZAM VÁRIAS TAREFAS
9623	COLETORES DE DINHEIRO EM MÁQUINAS AUTOMÁTICAS DE VENDA E LEITORES DE MEDIDORES
9624	CARREGADORES DE ÁGUA E COLETORES DE LENHA
9629	OUTRAS OCUPAÇÕES ELEMENTARES NÃO CLASSIFICADAS ANTERIORMENTE
0	MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES
01	OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS
011	OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS
0110	OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS
02	GRADUADOS E PRAÇAS DAS FORÇAS ARMADAS
021	GRADUADOS E PRAÇAS DAS FORÇAS ARMADAS
0210	GRADUADOS E PRAÇAS DAS FORÇAS ARMADAS
0299	MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS NÃO ESPECIFICADOS
04	POLICIAIS MILITARES
041	POLICIAIS MILITARES
0411	OFICIAIS DE POLÍCIA MILITAR
0412	GRADUADOS E PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR
05	BOMBEIROS MILITARES
051	BOMBEIROS MILITARES
0511	OFICIAIS DE BOMBEIRO MILITAR
0512	GRADUADOS E PRAÇAS DO CORPO DE BOMBEIROS

0599 BOMBEIROS E POLICIAIS MILITARES NÃO ESPECIFICADOS

0999 MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES NÃO ESPECIFICADOS

0000 OCUPAÇÕES MALDEFINIDAS